

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

www.etm.com.br

R\$ 5,90

ISSN 0101-7993

245



FSM 2003

Os desafios criados pelo sucesso

Democratizar a tomada de decisões e dar mais transparência aos processos deliberativos são exigências do estágio atual do grande encontro mundial da sociedade civil

REJEIÇÃO À GUERRA NO IRAQUE

O símbolo da globalização que o fórum propõe

EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

ESTATÍSTICAS
E INFORMAÇÕES
COMPLETAS DE
TODOS OS PAÍSES
DO PLANETA

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

PREÇO: **R\$65,00**

* Frete não incluído

Nova edição revista e atualizada **2002/2003**

FACA SEU PEDIDO Tel: (21) 2223-1180 Fax: (21) 2223-3001

E-mail: assinaturas@etm.com.br



Tempos sombrios, tempos fermentais

O mundo vive momentos sombrios e ao mesmo tempo fermentais, anunciadores de mudanças. A parte sombria corre por conta da intransigência da administração Bush que, empenhada na guerra contra o Iraque, não poupa esforços nem pressões para conseguir o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a planejada invasão desse país. Mas avisa que a guerra virá, com ou sem este aval. As justificativas com as quais se pretende dar um ar de legitimidade à agressão pura e simples, alimentada pela ambição da Casa Branca e do Pentágono de se apropriarem das gigantescas reservas de petróleo do Iraque, não resistem a qualquer análise mais isenta. Porém, isso não impede que a máquina de guerra continue a ser montada, nem que a maior parte da mídia continue a fazer uma cobertura acrílica da escalada militar.

As boas notícias, anunciadoras de tempos de mudança, vêm do lado da reação da opinião pública mundial, muito especialmente a dos Estados Unidos, a cada dia mais presente nas ruas com as suas maciças manifestações contrárias à guerra. É o fenômeno mais significativo de protagonismo do povo na rua, em diferentes países, desde o fim da guerra no Vietnã.

A guerra no Iraque foi, aliás, um dos eixos do rico debate que teve lugar em Porto Alegre, durante o III Fórum Social Mundial, evento ao qual dedicamos este número especial. Em seu terceiro ano consecutivo, o FSM mostrou o amadurecimento da própria sociedade civil, que descobriu a importância de coordenar ações em nível global para enfrentar o maior desafio do presente, que é o modelo do domínio imposto pelo capital financeiro e pelas multinacionais, a globalização neoliberal.

Passada a euforia do incrível sucesso do evento, que ofuscou e deixou em um longínquo segundo plano o Fórum Econômico de Davos – o encontro promovido pelos grandes capitais que serviu de inspiração para a sua própria convocatória –, o FSM enfrenta agora os problemas da maturidade: já mostrou o seu vigor, agora deve demonstrar audácia e força na proposta de alternativas. E, para que elas sejam válidas, deverão estar alicerçadas na força do consenso do amplo e variado movimento social que forma a base do fórum. Um desafio que não é menor e que exige o aperfeiçoamento e a democratização das formas de participação e do processo de tomada de decisões. Esses temas e tantos outros que suscitaram debates memoráveis estão nas páginas que a seguir oferecemos aos nossos leitores.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Alvaro Neiva
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (*in memoriam*) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai), e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS
Tel.: (21) 2223-1180 - Fax: (21) 2223-3001
E-mail: Assinaturas@etm.com.br
Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS
Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE
Matriz
Rua Teófilo Otoni, 123 / 305 - CEP 20909-080 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2223-1180 / 2223-1887 Fax: (21) 2223-3001
Correio Eletrônico: etm@etm.com.br

São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.
Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589-090
Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114
Correio eletrônico: janio_oliveira@uol.com.br
Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.
Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417
Brasília/DF: J.C.Z. Comunicações
SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (61) 3222034
Porto Alegre/RS: RS Mídia
Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766
VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador - Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459
FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc)
PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO
Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); **Ecologia e Desenvolvimento** (assuntos ambientais); **Revista do Mercosul** (informação do bloco econômico); **Almanaque Brasil** e **Enciclopédia do Mundo Contemporâneo** (obras de referência)



Rua Teófilo Otoni, 123 / 305 - CEP 20909-080
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2223-1180 / 2223-1887 Fax: (21) 2223-3001
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: www.etm.com.br

Filiado à **ANER**

Sumário

Fevereiro / Março 2003 • Nº 245 • Ano XXVI

ISSN 0101-7993



14 A REFLEXÃO DA CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou uma análise da reunião de Porto Alegre ressaltando a sua dimensão religiosa

16 OUTRA GLOBALIZAÇÃO É POSSÍVEL?

Debatedores concordam na crítica aos organismos internacionais e na necessidade de deter o unilateralismo norte-americano

18 OPOSIÇÃO À MILITARIZAÇÃO

A forte corrida armamentista e a ameaça de guerras, marcaram os principais debates do III FSM

21 IRAQUE: O GENOCÍDIO AMERICANO

Há mais de dez anos o povo iraquiano sofre os efeitos de bombardeios e do embargo econômico imposto pelos EUA



Foto: Beatriz Blissio

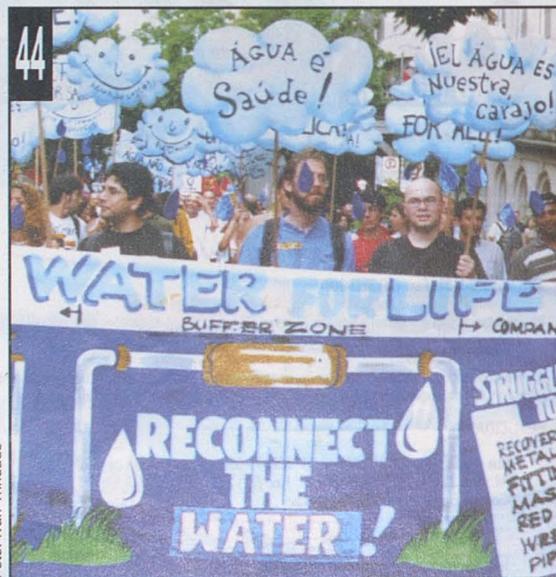


Foto: Ivan Trindade

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2003

Consolidação do evento exige definições

O enorme sucesso obtido pelos que ousaram sonhar com um evento como o Fórum hoje obriga a pensar em democratizar o debate e tornar mais transparente o processo de tomada de decisões



- | | |
|--|--|
| <p>22 'LAVANDERIA BRASIL', O GRANDE PARAÍSO FISCAL
Leis fracas e corrupção são algumas das razões para a dificuldade em controlar o fluxo financeiro do país</p> <p>24 DESAFIOS MARCAM A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E OS GOVERNOS
A mobilização popular da maior sustentação aos governos progressistas diante da oposição conservadora e de direita</p> <p>27 'NÃO TEMOS COMPROMISSO COM OS NEOLIBERAIS'
Ato contra o golpe na Venezuela contou com a presença de Hugo Chávez, que fez um histórico das lutas populares recentes no país</p> <p>29 DIREITOS HUMANOS NA CORDA BAMBA
Um outro mundo não é possível sem a garantia dos direitos fundamentais da humanidade, que vêm sendo ameaçados pela ação de governos e corporações</p> <p>32 CONSENSO MIDIÁTICO
Concentrada na mão de poderosas multinacionais, comunicação exerce hoje um papel fundamental para o <i>statu quo</i></p> | <p>35 A IMAGEM E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL
Cineastas defendem o cinema como instrumento para a construção de um outro mundo</p> <p>36 RESISTÊNCIA CULTURAL: LOCAL X GLOBAL
Principal preocupação é ação nociva do mercado sobre a diversidade cultural</p> <p>38 EDUCAÇÃO NÃO PODE SER ATRELADA AO MERCADO
Quinze mil participantes do FSM rejeitam a mercantilização do ensino</p> <p>42 AS CIDADES PARA TODOS
Participantes discutem caminhos para garantir a igualdade de direitos nos centros urbanos</p> <p>44 ÁGUA NA ONDA DA PRIVATIZAÇÃO
Elemento vital para a vida, a água doce do planeta começa a ser privatizada</p> <p>46 VALORES SEM PREÇO
A lúcida, incisiva, corajosa e poética análise da conjuntura mundial, em palestra do escritor uruguaio Eduardo Galeano, no FSM</p> |
|--|--|



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Consolidação do evento

EM JANEIRO DE 2001, QUANDO SE REALIZOU O PRIMEIRO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, George Bush recém assumia o governo dos Estados Unidos, o 11 de setembro estava para acontecer, Osama bin Laden era um nome que nada dizia aos ouvidos de Ocidente, a mídia internacional disputava a melhor cobertura do Fórum Econômico de Davos e a rebeldia antiglobalização ainda não tinha recebido a visibilidade de hoje.

O mundo parecia alheio aos sinais da iminente erupção de um vulcão: a resistência multifacetada à globalização imposta pelo capital financeiro e pelas multinacionais não tinha recebido a certidão de nascimento que ganhou em Porto Alegre, através do (até certo ponto) inesperado sucesso da convocatória a um encontro mundial das forças que se opunham ao neoliberalismo.

Em janeiro de 2003, confirmando as profundas mudanças ocorridas no curto prazo de dois anos, mais de quatro mil jornalistas de 51 países foram enviados a Porto Alegre para cobrir o megaencontro de mais de cem mil pessoas, vindas de 126 países – representantes de movimentos populares, organizações não-governamentais, partidos políticos, lideranças de todo tipo, minorias étnicas, culturais, pensadores, artistas e intelectuais de todos os continentes – cuja palavra de ordem “Um outro mundo é possível” já não era assumida como utópica, mas como a bússola a orientar debates que passaram a influenciar a agenda internacional.

É sabido que quando a gente está no meio dos acontecimentos é quase impossível conseguir um distanciamento que permita observá-los com perspectiva histórica. Mas é viável imaginar que, no futuro, os dois fatos assumidos como o divisor de águas entre o século XX e o século XXI poderão ser, de um lado, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2001 e o processo por ele deflagrado, e de outro, o 11 de setembro de 2001, o primeiro e brutal sinal da rejeição aos desígnios imperiais – alicerçados no poder militar incontestável – dos Estados Unidos.

O significado da guerra

Não é por acaso que, com o amadurecimento demonstrado entre o primeiro e o terceiro fórum, os temas que dominaram Porto Alegre 2003 tenham sido o combate à globalização do mercado e à guerra do Iraque. “A guerra planejada é o símbolo



Foto: Ivan Trindade

As manifestações contra a guerra no Iraque marcaram o tom dos debates da terceira edição do Fórum Social Mundial. Essa agressão simboliza o tipo de globalização que os participantes, cada vez mais numerosos, do evento questionam e para a qual procuram definir alternativas



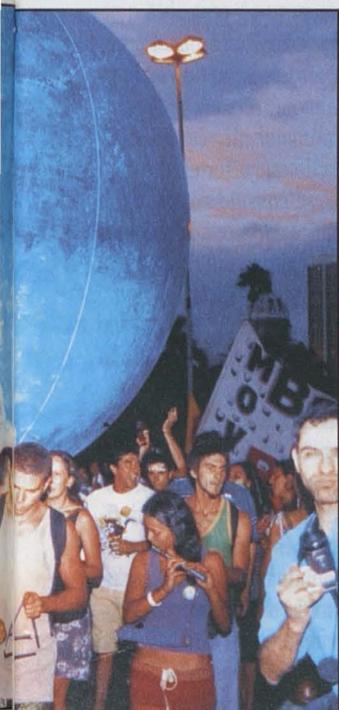
Fotos: Beatriz Bisso

2003

exige definições

Beatriz Bissio

O enorme sucesso obtido pelos que ousaram sonhar com um evento como o Fórum hoje obriga a pensar em democratizar o debate e tornar mais transparente o processo de tomada de decisões



mais grotesco da globalização que eles nos impõem. A nossa resistência à guerra é o símbolo mais importante da globalização que nós buscamos”, resumiu Nicola Bullard, da ONG Focus on the Global South, com sede em Bancoc, na Tailândia.

O Fórum de Porto Alegre contribuiu, sem dúvida, a deixar mais transparente para a opinião pública o papel da guerra no Iraque – ou da sua não-concretização – na definição do cenário mundial futuro. O fato inédito de a segunda maior delegação, depois da brasileira, ter sido no FSM deste ano a dos Estados Unidos, com mais de mil participantes, mostrou a vitalidade do movimento pacifista desse país, ainda pouco conhecido no exterior. E as gigantescas manifestações contra a guerra que aconteceram em 15 de fevereiro em numerosas cidades do mundo foram um termômetro do papel que o FSM vem adquirindo na coordenação de ações em nível global: foi uma decisão de Porto Alegre que nessa data devia ser realizada em todo o mundo uma jornada de protesto pacífico contra a guerra no Iraque.

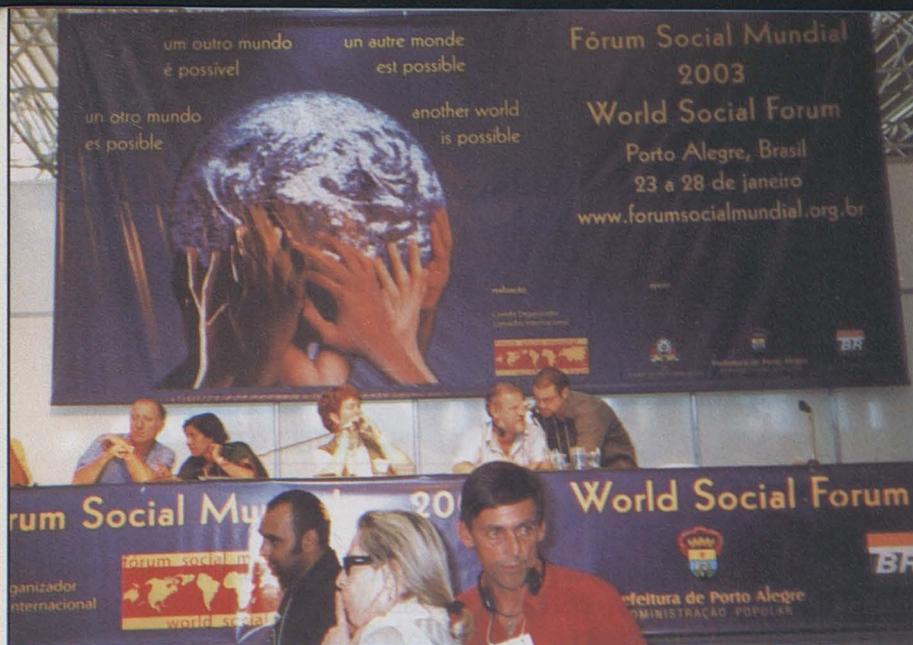
Essa decisão exemplificou, também, a evolução sofrida pelo FSM, que uma das diretoras do Instituto Transnacional, de Amsterdã, a escritora e ativista Susan George, descreveu nestas simples palavras: “O Fórum de 2001 realizou um diagnóstico da situação mundial, o seguinte procurou definir propostas para mudar essa situação e o deste ano colocou o foco nas estratégias necessárias para conseguir concretizar essas mudanças.”

Mas, assim como a maturidade na vida de um ser humano leva à tomada de decisões e à consciência a respeito de nossos direitos e deveres, o processo desencadeado pelo primeiro fórum, amadurecido neste terceiro, mostrou a necessidade de algumas definições que não estavam colocadas com igual urgência nos anos anteriores.

O próprio debate sobre onde e quando deve ser realizado o próximo Fórum Social já é em si mesmo um reflexo da necessidade de definições. É desejável que o FSM continue a se realizar sempre no Brasil? Sempre em Porto Alegre? Deve mudar de continente? O que ficou definido foi que o evento de 2004 será, desde que isso seja possível, na Índia e que o de 2005 retornará a Porto Alegre. A incerteza que existe quanto à realização do próximo fórum na Índia decorre do fato das ONGs indianas ainda mostrarem dúvidas quanto à sua capacidade para organizar um evento dessa magnitude, não só por causa dos desafios que impli-



Foto: Marcello Júnior - ABR



O multiculturalismo e a diversidade em todas as suas dimensões foram objeto de debates no fórum, que entendeu ser necessário o respeito ao próximo e à sua identidade a condição 'sine qua non' na construção de um outro mundo, justo e solidário



A partir de 2004, o Fórum Social Mundial não terá a data de sua realização atrelada ao Fórum Econômico de Davos. Já que atualmente tem maior significado político e desperta maior interesse da opinião pública e da mídia do que a reunião européia que inspirou o seu surgimento, o FSM definirá a data da sua realização em função da dinâmica e das necessidades próprias

ca em termos de logística, mas também pelas peculiaridades políticas do seu país.

Essas ONGs entendem que para realizar o Fórum lá necessitam incorporar organizações sociais que ainda não participam no FSM e contar com algum tipo de apoio de um ou mais governos estaduais de esquerda, dos vários que atualmente há na Índia. Mas esses governos não são todos do mesmo partido e evitar ciúmes ou constrangimentos vai criar desafios que só o tempo permitirá contornar.

Quanto à data para a realização do Fórum de 2004, confirmada a consolidação do FSM como um evento que atualmente tem maior significado político e desperta maior interesse da opinião pública e da mídia do que o fórum que inspirou o seu surgimento, se considerou que a sua realização não deve mais estar atrelada a Davos e sim ser definida em função da dinâmica e das necessidades do próprio processo gerado.

Quem decide?

Mas, em última instância, essas duas decisões são questões menores diante de outras que deverão ser adotadas, após os debates correspondentes. Se o fórum vai se debruçar na definição de estratégias para tornar realidade a palavra de ordem "Outro mundo é possível", que tipo de reunião vai permitir um debate em profundidade e de caráter resolutivo, como parece ser necessário para esse fim? Roberto Savio, membro do Conselho Internacional do FSM e presidente de honra da agência de notícias IPS, adverte que, "com o gigantismo do fórum de 2003, não será possível atingir essa meta". Ele propõe um evento de não mais de 15 mil delegados, com mesas-redondas e debates paralelos e descentralizados, que continuem a assegurar a participação maciça da população local.

Já para Roberto Bissio, diretor da ONG Social Watch, que fiscaliza a atuação dos governos em relação aos compromissos assumidos na ONU no último quinquênio, se bem é verdade que "o Fórum de 2003 por ter sido muito maior que o de 2002, foi mais desorganizado e caótico", não é possível negar que "este ano ficou clara a sua consolidação como um grande evento de debate de alternativas ao modelo neoliberal". Para ele, a questão mais urgente a ser debatida diz respeito às características e funções do

Conselho Internacional. “Deve ficar claro se é um órgão assessor, como tem ocorrido até o momento, ou se vai tomar decisões diante de problemas complexos, como querem alguns”.

Até agora, assinala Bissio, “o Comitê Organizador Brasileiro tem atuado como coordenador de uma grande feira anual, cabendo-lhe prover uma *inspiração geral* sobre conteúdos, porém dentro das normas do Fórum Social Mundial, que o definem como um espaço aberto a todo tipo de propostas, com eixo no questionamento do neoliberalismo”. É notório que existem grupos que pretendem que o Fórum tome decisões políticas e que se transforme em uma espécie de liderança dos movimentos sociais. “Mas isso implicaria um câmbio radical no que o Fórum tem sido até agora”, adverte o diretor da Social Watch. Na sua opinião, muitos dos participantes não estariam dispostos a apoiar essa mudança, uma vez que o fato que atrai tanta gente “é justamente essa diversidade e a definição de não tomar decisões nem aprovar resoluções. Isso é evitar a disputa pelo poder. Há espaço para todo mundo. No momento em que se pretendam tomar resoluções, começa outra dinâmica e outra competência. Não há condições de que o Fórum se converta em um grande Parlamento Mundial. Não se trata disso; essa não era a idéia original. Por isso acredito que essa tendência não vá prosperar”.

Peter Waterman, autor de vários ensaios sobre o FSM, publicados em diferentes meios (ver www.zmag.org/watermanwork.htm) vai mais fundo nos questionamentos. Em artigo escrito logo após o encerramento da reunião de Porto Alegre, disponibilizado em inglês no site oficial www.forosocialmundial.com, afirma que o evento deste ano lhe deixou uma sensação de euforia e, ao mesmo tempo, de desorientação. A desorientação, que também em certo momento chama de “frustração”, se originava no que Waterman define como “falta de transparência e de abertura” da direção do fórum. E também em práticas que ele considera como uma reprodução de velhos comportamentos de partidos políticos e de grandes organizações não governamentais. O autor faz uma longa análise crítica, na qual inclui a forma como o Fórum é financiado – com recursos de agências internacionais e fundações capitalistas privadas – e critica a excessiva apresentação em Porto Alegre de delegados que,



Boaventura Souza Santos - *Sociólogo português*

Me perguntam se o FSM é uma utopia. O que posso dizer é que todas as idéias novas, antes de se concretizarem, parecem utópicas. Em primeiro lugar, ninguém acreditava que nós pudéssemos realizar um fórum alternativo a Davos. Depois ninguém acreditava que o FSM pudesse suscitar mais interesse que Davos. E o

que estamos vendo é que hoje o Fórum de Davos é um cadáver insepulto. Ele funcionou enquanto o neoliberalismo esteve no auge. Como neste momento a Europa e os EUA estão em recessão – apesar de a palavra recessão estar expressamente proibida no dicionário dos neoliberais – o ocaso de Davos é mais uma mostra de que o modelo está exausto. Outra prova disso é que os EUA estão à procura de uma saída com a guerra.

Um fenômeno novo é o que está acontecendo com a taxa Tobin, concebida pelo economista do qual tomou emprestado o nome como um imposto sobre as transações financeiras e destinado a ajudar o desenvolvimento dos países pobres. Foi considerada utópica, mas hoje está na agenda dos parlamentos português e francês. Ambos os congressos estão a discutir o tema e há fortes indícios de que a iniciativa pode ser aprovada. E quando houver vários países que tenham aprovado o imposto Tobin, poderemos ir ao Parlamento Europeu e exigir que também o aprove. Quando a Europa toda impuser esse imposto, estará gerando uma quantia de dinheiro muito significativa destinada ao desenvolvimento dos países pobres. Estudos demonstram que o volume de recursos europeus no sistema monetário mundial, caso haja um imposto sobre as transações financeiras, geraria uma contribuição suficiente para aquecer o desenvolvimento dos países pobres. E isso poderá ser feito.

Tenho visto que há inquietações a respeito do governo Lula. O que eu posso dizer é que o maior risco que o presidente enfrenta é estar no governo mas não estar no poder. O poder está dentro e fora do governo. Em muitos países, o governo está em um lugar e o poder está em outro. Acredito que Lula sabe disso e a composição de seu governo é uma prova disso. É um processo lento. As elites na América Latina não estão acostumadas a fazer concessões porque quando acabou o colonialismo não acabaram as relações coloniais de poder.

Hoje, o grande risco é a guerra. Porque se a guerra do Iraque for deflagrada, vamos assistir a uma forma muito exacerbada de nacionalismo. E, portanto, a oportunidade de concretizarmos uma globalização mais “doce”, mais “light”, que assuma compromissos com tudo aquilo que estamos a propor no FSM, vai se perder.

Em relação ao povo, acredito que deve continuar a pressionar o governo. É necessário evitar o risco de frustrar as expectativas das classes populares. Isso pode levar a atitudes perigosas. É muito importante que as organizações representadas no fórum, tenham consciência do papel que lhes cabe para neutralizar essa frustração. Não devemos acusar Lula de ser um oportunista por não estar a realizar o sonho socialista. O papel de Lula não é esse. E seria perigoso que haja setores da base social do governo com esse discurso. Acredito que toda a esquerda deste país sabe que uma derrota de Lula significaria um retrocesso de décadas do pensamento progressista de todo o mundo. Por isso é preciso que todos entendam e aceitem que Lula só pode avançar devagar e com cuidado. ♦



Foto: Beatriz Blissio

Samir Amin - Sociólogo egípcio, animador do Fórum Social Afro-asiático

O Fórum está dando mostra de grande amadurecimento político e isso é o reflexo do amadurecimento dos povos do mundo. Eles aspiram à democratização profunda e a uma globalização baseada no respeito mútuo. Uma coisa não pode existir sem a outra. É um projeto humanista e universalista.

Os marxistas históricos já propunham isso, mas a novidade é que agora não se trata da aspiração de um grupo iluminado, mas de uma aspiração geral. Daí a minha confiança em que, de fato, um outro mundo é possível.

Mas ainda estamos fragmentados. A convergência para estratégias alternativas está avançando, mas ainda não é suficiente para minar o neoliberalismo. No Fórum Social Mundial convivem diferentes visões estratégicas. Isso não é negativo. Mas, ao mesmo tempo, a diversidade é difícil de ser gerida. Não pode ser administrada de forma burocrática, tem que ser de forma democrática.

A maioria do establishment norte-americano fez uma opção pela globalização militarizada, ou seja, pelo estabelecimento de um controle militar efetivo do conjunto do planeta por parte dos Estados Unidos. E nesse sentido o playboy Bill Clinton não difere muito do cowboy George Bush. Trata-se de um projeto unilateral brutal de pilhagem do mundo, de sobreexploração dos recursos naturais e dos seres humanos. É criminal, mas não é viável. É um projeto irracional, mas tem uma certa racionalidade no curto prazo.

A comparação com Hitler se impõe. A classe dominante dos EUA tem um projeto que se assimila ao de Hitler, quer estabelecer uma ditadura brutal sobre o resto do mundo, a serviço do capital. O projeto tem embutido um conceito altamente racista, o de que só há um povo escolhido, que são eles. Todos os demais somos "índios". Os negros, os árabes, todos somos índios.

Eles tratam a ONU como Hitler tratava a Liga das Nações. Há um ano atrás, comparar o Bush com Hitler não teria sido possível, mas hoje a comparação já está sendo amplamente usada na Europa e a opinião pública aceita que é uma comparação válida. Deter Bush pode custar um preço muito alto. O Oriente Médio e a Ásia Central estão na mira prioritária. A Amazônia, também. São as regiões consideradas privilegiadas. O combate ao terrorismo é um pretexto claramente pré-fabricado. O combate ao narcotráfico, também.

É claro que, no caso da guerra do Iraque, o que importa é controlar o petróleo; e com esse controle os Estados Unidos procuram dominar completamente o mundo e a Europa. Querem esmagar qualquer desejo de autonomia da parte dos países europeus. Mas a opinião pública da Europa começa a compreender esse raciocínio embutido na lógica da guerra e reage.

Mesmo que a Rússia, a França e a China não possam parar a guerra, é importantíssimo que façam com que os EUA se vejam obrigados a atacar o Iraque sozinhos, ou contando só com a Grã-Bretanha de seu lado. Os EUA até podem colocar um regime fantoche no Iraque, mas a médio prazo não vão conseguir controlar a situação. ♦



como ele, são "brancos, do sexo masculino, de classe média e de meia-idade", propondo que para o futuro sejam estabelecidos critérios (ou cotas) de forma a assegurar uma melhor representação tanto dos participantes nos painéis quanto entre os delegados em geral.

Mas finaliza as suas considerações com um tom otimista, assinalando que se sente inspirado e energizado pela proposta pós-capitalista que está implícita no fórum e pelo número crescente de "companheiros de várias idades, identidades, movimentos e orientações sexuais, que acreditam que na construção de uma autêntica sociedade civil global a transparência não é só a melhor política mas a única possível".

O papel dos movimentos sociais

Um dos dirigentes brasileiros mais atuantes no Fórum Social Mundial, o sociólogo e professor Emir Sader, define três objetivos prioritários para o curto prazo. "Necessitamos internacionalizar o fórum, politizar os debates, no sentido de sintetizar grandes objetivos e, finalmente, democratizar as estruturas," afirma.



Foto: Ivan Trindade

A América Latina, particularmente o Cone Sul, esteve muito bem representada em Porto Alegre. As delegações centro-americanas e caribenhas também foram significativas. Os delegados de Cuba receberam a solidariedade dos participantes e da sociedade local quando levantaram a bandeira da necessidade de libertar os presos políticos cubanos nos Estados Unidos, um caso pouco conhecido de violação de direitos humanos em território norte-americano

Esse último ponto, o da democratização, foi aprofundado por Sader em depoimento a numerosos jornalistas que o procuraram durante os debates. “As estruturas de poder e de decisão do FSM devem ser mais abertas”, reconheceu. “Hoje são muito fechadas e estão dominadas por ONGs que têm uma visão pequena, limitada da sociedade civil; que no fundo lutam contra o Estado, contra o poder. Isso não é o que nós queremos. A Carta Geral do Fórum diz que todo aquele que for contra o neoliberalismo tem espaço aqui. Não tem sentido estar separando ‘este é senador, é governador, é presidente’. Quando Lula ganhou, correram a convidá-lo. E estava correto. Mas não sejamos incoerentes. Lula deixou de ser sociedade civil em primeiro de janeiro deste ano. Agora ele representa o Estado brasileiro. O FSM não é “não-governamental”. O FSM quer mudar o mundo na sua totalidade: a sociedade e o Estado. A alternativa ao neoliberalismo não é só de política econômica. Para construir alternativas é necessário modificar as relações de poder entre Estado e sociedade. A democratização do Fórum é necessária para que se imponham temáticas diferentes; para que se faça o que deve ser feito: que as ONGs apoiem os movimentos sociais, os verdadeiros protagonistas da histó-



“O FSM não é ‘não-governamental’. O FSM quer mudar o mundo na sua totalidade: a sociedade e o Estado. A alternativa ao neoliberalismo não é só de política econômica. Para construir alternativas é necessário modificar as relações de poder entre Estado e sociedade”

Emir Sader



ria. Essas forças têm que estar representadas na direção do FSM.”

Para Emir Sader, o FSM a partir de agora enfrenta o desafio de superar a frase de efeito que dizia “pensar global e agir local”. Na sua opinião, é necessário acumular forças em nível local, mas procurar as grandes alternativas ao modelo neoliberal global. Se não, cairemos no pessimismo histórico “não dá para mudar o mundo, vamos pelo menos mudar em nível local, defendamos um mico-leão dourado aqui, etc. Por isso, nós saudamos a vitória de presidentes que estão identificados com a superação do neoliberalismo”.

Para exemplificar ainda mais a sua negativa a separar a luta entre o que é governamental e o que não é, Emir Sader lembra a própria origem da idéia do fórum: “Quando alguns representantes de ONGs brasileiras procuraram Bernard Cassen, do *Le Monde Diplomatique* para fazer um fórum antiDavos na Europa”, ele, com grande sensibilidade, disse que não podia ser na Europa; “tinha que ser na periferia do capitalismo, concretamente no Brasil, em Porto Alegre. Por que em Porto Alegre? Pela força da sociedade civil gaúcha, com todo o respeito que ela nos merece? Não. Por causa do orçamento participativo, uma política pública levada adiante por um partido político. Esse era o prestígio de Porto Alegre. Então, o fórum não é um movimento de ONGs. Quem fundou na verdade o fórum foi o movimento zapatista, em 1994, quando chamou ao primeiro encontro mundial contra o liberalismo, realizado em Chiapas. E, posteriormente, um famoso editorial de *Le Monde Diplomatique*, de Inácio Ramonet, que convocava a lutar contra o pensamento único. O resto é contingência. Foi realizado no Bra-



A reflexão que deixa a reunião de Porto Alegre deste ano é que os temas em debate e as preocupações que o atual FSM suscita são a melhor prova de sua consolidação

A causa palestina assim como nos anos anteriores, recebeu todo o apoio dos participantes do FSM. Um ponto alto do encontro foi ter facilitado o diálogo entre palestinos e israelenses pacifistas, fato que não é possível de acontecer nos dias de hoje na região



Foto: Ivan Trindade

A rejeição à Alca, a área de livre comércio proposta pelos EUA, foi motivo de debate e suscitou inclusive iniciativas bem humoradas como a da foto abaixo



Tariq Ali - *Escritor paquistanês, radicado em Londres*

O fato mais importante que aconteceu nos últimos tempos foi a irrupção de uma nova geração que está se assumindo como protagonista no mundo e que não acredita mais que o seu único papel seja consumir e transar. Isso representa, de fato, um ponto de virada. A nova geração está

assumindo posições políticas e fazendo perguntas. Porque por muitos anos, houve indiferença frente à política. O 11 de setembro tem muito a ver com a mudança.

Subitamente o império foi atingido. E quando o império é atingido, o mundo fica sabendo.

Curiosamente o despertar para a política pós-11 de setembro não se está dando da forma como os EUA teriam gostado. As pessoas estão questionando coisas. Há jovens resistindo à guerra em todo o mundo. Até crianças de escola estão se movimentando contra a guerra. Os cidadãos dos EUA estão tendo que ir a buscar mapas para localizar onde está o Iraque, assim como antes tiveram que ir ver onde ficava o Afeganistão, porque não tinham idéia. Hoje os americanos estão estudando geografia.

Os países do mundo estão dominados por um sistema global que automatiza as pessoas. E, em meio ao desespero, caem na intolerância. Usam a sua identidade como refúgio e passam a achar que essa identidade é mais importante do que a de qualquer outra pessoa. É a sua identidade se sobrepondo à identidade do outro. E isso constitui um grave perigo, pois conduz ao fundamentalismo. Mas cuidado: o fundamentalismo religioso não é exclusivamente islâmico. Ele é visível também nos EUA. O Partido Republicano está hoje controlado por cristãos de direita. George W. Bush é um cristão de direita, fanático. Tony Blair também, apesar de que poucos sabem disso. Mas Bush e Blair só falam da religião islâmica, porque ela resiste. Esse é o problema: o Islã resiste.

Derrotar o império americano talvez seja uma batalha para todo o século XXI. Os EUA são muito poderosos e do ponto de vista militar não há como desafiá-los. Por isso é tão importante fazer um movimento antiguerra, com grande apoio da população americana. Acredito que atualmente, o único povo que pode parar a guerra contra Iraque é o povo americano, se ele se mobilizar, em grandes maiorias. O povo britânico pode ajudar, se faz cair o governo de Tony Blair. O povo árabe também pode fazer a sua parte, se houver uma enorme "intifada" em toda a região. Saddam Hussein representou uma ameaça no fim dos anos 80, quando os EUA lhe forneceram armas químicas (antrax, etc.) para usar contra o Irã e contra os curdos. Depois da Guerra do Golfo, essa não é mais a situação: o Iraque é hoje um país com um exército fraco e um povo extremamente debilitado. Saddam não representa um perigo para ninguém. Os EUA e a Europa sabem disso.

Aliás, essa retórica de que ele é um ditador, não tem credibilidade. Se um ditador serve aos interesses dos EUA, pode permanecer décadas no poder. Foi o que aconteceu com o general Suharto na Indonésia, que ficou 30 anos no poder, apesar de ter matado um milhão de pessoas. Mesmo depois do massacre, os norte-americanos o apoiaram. Foi o seu próprio povo que o derrubou. E essa é a única forma de uma ditadura cair. Quando Pinochet estava no poder no Chile, nem passou pela cabeça de nenhum líder da esquerda chilena chamar Cuba, por exemplo, para que ajudasse a derrubá-lo. Isso não funcionaria. Como não vai funcionar no Iraque uma solução imposta pelos americanos.

Os únicos que conseguiram uma vitória militar contra os EUA foram os vietnamitas, em 1975. E os EUA revidaram com fúria, impondo-lhes severos castigos depois da guerra: mantêm até hoje sanções econômicas e se recusam a dar-lhes as justas reparações de guerra. Por isso eu sempre digo que a grande ameaça para a Humanidade não vem de Saddam Hussein, mas dos EUA. ♦



Foto: Ceadoc

João Pedro Stédile - *Economista, coordenador do MST*

O MST recebe muitas lições da troca de experiências com outros povos. Dos hindus, por exemplo, aprendemos que temos que tratar a terra de outra maneira. Eles nos fizeram ver que "Nós não recebemos a terra dos nossos pais. Nós a herdamos dos nossos filhos".

Essa é uma mudança fundamental de percepção. É uma mudança na forma como olhamos para a terra: hoje entendemos que existe um compromisso da sociedade para com as gerações futuras.

Mas também há outros aprendizados. É preciso incorporar na Reforma Agrária o conceito de que a terra tem que ser utilizada em primeiro lugar para produzir alimentos para todo o povo. Alimentos há para todos. A falta de comida é consequência da concentração da produção de alimentos nas multinacionais. Fome não se combate distribuindo cestas básicas, se combate assentando gente e produzindo para todos. A reforma agrária deve assegurar aos agricultores o direito de produzirem as suas próprias sementes. Somos muito gratos, por isso, aos profissionais que conosco trabalham ajudando os camponeses a produzirem sementes e a melhorarem as técnicas de cultivo. Talvez por os obrigarem a abandonar as cátedras e as pesquisas não recebem o Prêmio Nobel, mas recebem o reconhecimento do povo pelos serviços que estão prestando a uma causa maior.

Por isso a reforma agrária deve ir junto à democratização do conhecimento. É preciso que o povo tenha acesso ao conhecimento que existe. É impossível construirmos sociedades democráticas com pessoas analfabetas, que nem sequer têm direito de conhecer as letras! O que muda a vida do camponês não é a terra, é o conhecimento! Hoje, os camponeses não pensam mais no seu umbigo. Eles querem mudar a humanidade. E mudar com vocês!

Para mudar o atual modelo de agricultura perverso é necessário um projeto político comum e isso significa milhares de pessoas, para acumular força. Nenhuma mudança social aconteceu na história sem mobilização de massas, sem que o povo lutasse. Essa reflexão nós estamos fazendo agora em relação o governo Lula. Quando nos perguntam, sobretudo os nossos amigos do exterior, como vai atuar o MST agora, se vai parar de lutar, a todos eles, nossa resposta é clara: o papel do MST é continuar organizando os pobres do campo, organizando-os para que lutem e continuem a lutar pelos seus direitos. E faremos isso não para afrontar o governo Lula nem para acuá-lo, mas para ajudar o governo Lula a fazer a reforma agrária necessária para o nosso país. ♦

“O papel do MST no governo Lula é continuar organizando os pobres do campo para que continuem a lutar pelos seus direitos. E faremos isso não para afrontar nem para acuar o governo, mas para ajuda-lo a fazer a reforma agrária necessária para o nosso país”

João Pedro Stédile

sil, por causa da esquerda que o Brasil tem, que permitiu a vitória de Lula, e que fez com que ele reconhecesse que é fruto de um movimento histórico, de um movimento que surgiu antes dele e que está mais além do PT e da conjuntura eleitoral.”

Michel Albert, convidado a participar do Comitê Internacional, também escreveu sobre o tema da transparência e da democratização, em artigo disponibilizado no site do FSM. Falando sobre hierarquias existentes no FSM, ele questiona o fato de os eventos “oficiais” do FSM, que são de responsabilidade do Comitê Organizador, e os eventos paralelos, que ficam por conta da livre iniciativa de movimentos sociais e entidades diversas, receberem um tratamento diferente, em geral enfrentando dificuldades de infra-estrutura e tradução e muitas vezes sem sequer constar na programação distribuída ao público. (Muitos desses eventos e seminários, no último FSM, sequer chegaram a ser realizados, em geral por falta de local.)

A conclusão de Albert é que o gigantismo do evento mundial atenta contra a eficácia do encontro. Para superar essa dificuldade, concorda com uma avaliação hoje consensual entre todos os participantes: é necessário ampliar e aprofundar a experiência (tida por todos como de enorme sucesso) da realização dos fóruns locais e regionais, no período entre um fórum internacional e o seguinte. Entende Albert que no fórum regional (que pode ser de toda uma região, como, por exemplo, a África, ou a América Latina, mas também pode ser em nível nacional – como já houve em tantos países, inclusive nos territórios palestinos – ou até de uma cidade em particular) há mais transparência e democracia. E a escala mais reduzida permite aprofundar o conhecimento mútuo e incentiva uma maior participação no debate, o que não é possível no evento de caráter mundial.

Preocupado com a representatividade das decisões adotadas, Albert arrisca sugerir que cada um desses fóruns poderia escolher as suas lideranças e representantes. Diz ele: “A liderança do fórum nacional italiano, por exemplo, seria escolhida em pequenos fóruns locais que se realizariam por todo o país. E os líderes do fórum europeu seriam escolhidos pelos fóruns nacionais de toda a Europa. O mesmo aconteceria em outros continentes.” A representação de mulheres deveria ser não inferior a 50% e os fóruns dos

países mais ricos seriam obrigados a criar uma taxa solidária de adesão, destinada a ajudar os países mais pobres a financiarem as passagens e estadias de seus representantes. Finalmente, o fórum de caráter mundial deveria ser exclusivamente de delegados, em uma quantidade limitada. Antecipando-se à crítica de que esse tipo de funcionamento teria como substrato à aspiração de criar um "movimento de movimentos", Albert afirma que tanto os eventos de caráter local quanto o fórum mundial seriam tão amplos e diversificados quanto possível e teriam a única aspiração de facilitar o trabalho em rede de diferentes movimentos existentes no mundo, que manteriam a sua independência e forma de trabalho, sem colocar-se a meta de constituir uma estrutura nova.

Uma nova fase

A reflexão que deixa a reunião de Porto Alegre deste ano é que os temas em debate e as preocupações que o atual FSM suscita são a melhor prova de sua consolidação. A sua força e seu enorme potencial obrigam a prestar atenção a questões como transparência e democracia interna. Ou seja, o enorme sucesso obtido pelos que ousaram sonhar com um evento como esse hoje os obriga a enfrentar o fato de que a sua criatura já não mais lhes pertence.

Assim como os pais, por mais difícil que seja, têm que aceitar que o filho cresceu e já é dono de seu destino, os idealizadores do FSM, o Comitê Organizador Brasileiro e o próprio Conselho Internacional, devem agora aceitar o fato de que – apesar de terem tido o mérito de iniciar um processo de consulta, coordenação e troca de experiências de caráter mundial único na história – não podem querer controlá-lo. Ele chegou à maturidade e necessita definir as suas próprias regras.

Da atitude que adote a direção do FSM diante dos desafios do presente, dependerá o papel que o Fórum venha a ter no futuro. ■

‘O site oficial do Fórum informa as empresas responsáveis por seu financiamento. São elas: Petrobras, Action Aid, Fundação Ford, Oxfam (Reino Unido), Novib (Oxfam Holanda), Fundação Banco do Brasil, CCFD (Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento), Icco (agência que regula recursos do governo holandês para os países em desenvolvimento), e Cafod (Agência Católica para o Desenvolvimento Exterior)



Susan George - *Escritora, diretora Adjunta do Instituto Transnacional de Amsterdã*

Em meu livro "Relatório Lugano" imagino um mundo pior do que temos hoje: gente como essa que se reúne em Davos pede a especialistas um estudo das condições necessárias para assegurar que durante o século XXI nada ameace o seu poder. Aqui, em Porto Alegre, nós estamos perguntando-nos exatamente o contrário. Como fazer para não ser governados pelas corporações.

Na ficção da minha narrativa, a conclusão dos especialistas é que, por razões econômicas, políticas e até ecológicas, será impossível manter o capitalismo em 2020, caso a população mundial chegue a 8 bilhões de pessoas. Há que eliminar o excesso populacional da forma mais silenciosa possível.

Curiosamente, em Porto Alegre estamos chegando à conclusão de que os que detêm o poder não fazem nada diante de desastres como a Aids, ou o conflito da Palestina. A equipe da Casa Branca está disposta a fazer a guerra da qual o Iraque será só a primeira vítima. E está disposta a deixar populações inteiras morrer de fome. Os EUA deram carta branca as multinacionais para que não abram as patentes. Parece que o Relatório Lugano está se transformando em realidade. Eles acreditam mesmo que há gente sobrando.

O modelo não será hitleriano, será um modelo com a sofisticação do século XXI. Não teremos a quem levar a um tribunal como o de Nuremberg. Tudo será asséptico. Por isso não temos direito a falhar. Temos uma enorme responsabilidade histórica. Espero que possamos demonstrar que aprendemos a lição dos impérios que foram derrotados e que possamos viver no futuro com princípios democráticos. Se nós estamos desafiando os neoliberais em seu próprio terreno, temos que agir em nível global.

Um de nossos desafios é fazer boas propostas. Mas elas não vão ser implementadas só porque são boas. Teremos que alterar a correlação de forças. Teremos que forçar alianças, a nível nacional e internacional e sempre estar atentos a incluir representantes daqueles que necessitam um mundo novo muito mais que nós; eles têm que estar representados. Porque nós somos de classe média.

Muitos de nossos companheiros de luta e ideais não estão aqui por falta de recursos. Então cabe nos perguntarmos como podemos dividir os escassos fundos de que dispomos com esses companheiros? Teríamos que fazer coletas para pagar suas estadias?

Teremos que ser um movimento pacífico, mas não chato. Temos que usar a criatividade. Temos que usar a cultura, a arte, o ridículo, temos que deixar os adversários no ridículo. Nos perguntam se teremos que nos transformar em partido político. Não! Mas até um líder como Lula necessita de um movimento social que esteja sempre a pressioná-lo, para poder avançar.

Pela primeira vez nos últimos 30 anos estou otimista porque, entre outras coisas, neste fórum não temos ninguém dando ordens. Queremos que assim continue. Queremos continuar sendo democráticos. Me sinto privilegiada por chegar em 2004 aos 70 anos e ter visto crescer este fantástico movimento, o FSM. Somos muito privilegiados de ser parte deste evento. Mas privilégios sempre vêm junto com responsabilidades. O FSM é um movimento que está vinculado ao passado e constitui um elo com o futuro. Estamos em contato com o futuro através de nossos sonhos. Outro mundo é possível. ◆



A reflexão da CNBB

NOS DIAS 23 A 27 DE JANEIRO, UM NÚMERO ESTIMADO EM 100.000 PESSOAS DE 126 PAÍSES, dos cinco continentes, representando 5.717 organizações, fizeram da capital do Rio Grande do Sul o Porto Alegre de todos os povos, de todas as raças e de todas as esperanças. Credenciaram-se para a cobertura do evento 4.094 jornalistas de 1.423 veículos, de 51 países do mundo. A terceira edição do Fórum Social Mundial, reafirmando a confiança de que "outro mundo é possível" se moveu em torno de dois enfoques fundamentais: contra a globalização do mercado e contra a guerra do Iraque. No entanto, foi além de um encontro das entidades e de uma análise da conjuntura mundial, e acentuou a necessidade de Propostas, recolhidas e assumidas pelos delegados e delegadas nas oficinas e nos seminários. Registre-se também que, dentro da estratégia de mundialização do FSM, ele foi preparado por muitos fóruns regionais, temáticos e nacionais.

A programação foi dividida em duas partes: uma, sob a responsabilidade da organização do fórum, promoveu grandes conferências e painéis sobre cinco eixos temáticos: a) desenvolvimento democrático e sustentável; b) princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; c) mídia, cultura e contra-hegemonia; d) poder político, sociedade civil e democracia; e) ordem mundial democrática, combate à militarização e promoção da paz. Promoveu, também, como nos fóruns anteriores, momentos de testemunho pessoal.

Muito interessantes foram as mesas de diálogo e controvérsia, que tiveram como temas: 1) Outro mundo é possível? Que globalização e como o mundo deve ser governado? 2) Estamos frente a uma crise econômico-financeira: em que consiste esta crise? Que alternativas existem? 3) Lacunas e tensões entre movimentos sociais, partidos políticos e instituições políticas: como enfrentar estas questões para alcançar uma democracia participativa? 4) Em oposição às guerras do século XXI, como construir a paz entre os povos? Deste trabalho de diálogo e controvérsia brotou a Carta pela Paz. Braços erguidos, mãos entrelaçadas, lágrimas nos olhos, israelenses e palestinos protagonizaram talvez a mais bela e nobre cena do III FSM.

A outra parte, com oficinas e seminários, ficou sob a responsabilidade dos participantes. Ao todo, foram 1.286 atividades. As entidades que as promoviam garantiam também sua organização e assistência. Sem dúvida, momento forte para relacionamento pessoal, para conhecimento das experiências mais significativas de que outro mundo é possível, para solidi-

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou uma análise da reunião de Porto Alegre ressaltando a sua dimensão religiosa



Ao lado, o presidente da CNBB, dom Jayme Chemello. A entidade fez um balanço positivo do encontro, representando a presença de bispos, padres, religiosos e religiosas. Abaixo, algumas personalidades presentes à cerimônia de abertura

Foto: Victor Soares - ABR



“Outro desafio: a necessidade de mudanças de práticas e comportamentos dos seres humanos - como se desvencilhar das lógicas e das práticas de rivalidade e poder? Como fazer a relação entre transformação pessoal e transformação coletiva?...”

ficar a mística e os propósitos das organizações no âmbito internacional.

Um tema básico neste ano fez a ponte entre os Fóruns – o Econômico, de Davos, e o Social, de Porto Alegre: a fome. Seu artífice foi o presidente Lula. Ao sair de Porto Alegre a caminho de Davos, ele disse: “Depois de participar, pela terceira vez, do Fórum Social Mundial, vou a Davos para mostrar que um outro mundo é possível. Davos precisa ouvir Porto Alegre... É inadmissível que no início de um novo milênio ainda haja milhões de seres humanos que não tenham sequer o que comer. Por isso, a prioridade de meu governo, no Brasil, é o combate à fome. Vou levar a Davos a mensagem de que os países ricos precisam distribuir a renda no planeta”.

Em Davos, ele fala em nome dos participantes de Porto Alegre: “...O Brasil se sente no direito e no dever de dirigir aos participantes do Fórum de Davos um apelo ao bom senso... Proponho a formação de

um fundo internacional para o combate à miséria e à fome nos países do Terceiro Mundo, constituído pelos países do G-7 e estimulado pelos grandes investidores internacionais. Isto porque é longo o caminho para a construção de um mundo mais justo e a fome não pode esperar”.

O Fórum de Porto Alegre nasceu como contraponto a Davos. Cada vez mais Porto Alegre, na caminhada, produziu a inversão – ao crescer em quantidade de participantes e em qualidade de propostas.

Um ponto importante foi a dimensão religiosa. Não houve um planejamento da Igreja Católica como instituição para se apresentar no fórum. No entanto, houve uma presença significativa de bispos, religiosos e religiosas, de padres e de cristãos leigos e leigas, bem como iniciativas explícitas de organismos de Igreja. O comparecimento do presidente da CNBB, Dom Jayme Chemello, à sessão de instalação do fórum, mostrou o quanto a CNBB valoriza o evento.

Proliferaram temas relacionados à ética, às religiões e à teologia, em geral com grande afluência de público. Foi comovente o momento em que Leonardo Boff, diante da iminente guerra contra o Iraque, rezou a Oração de São Francisco, sendo acompanhado por 20 mil pessoas, no Gigantinho, e inúmeras outras pela tevê. Havia celebrações diárias na capela da PUC e culto ecumênico na Tenda do Encontro, animado pelos monges beneditinos de Goiás. Houve também uma oração inter-religiosa no anfiteatro Pôr do Sol, no domingo, às cinco e meia da manhã – Encontro de caminhos espirituais para a Paz - que se encerrou propondo um compromisso para trabalhar pela paz nas famílias, nos grupos e em todo o mundo

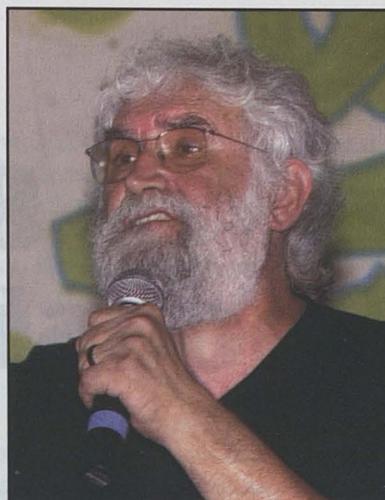


Foto: Victor Soares - ABR

Leonardo Boff fez um clamor à paz, rezando a Oração de São Francisco

Ficam alguns desafios, pois o risco de euforia é real. Como não ficar eufórico ao descobrir tanta gente empenhada em construir uma nova sociedade? Como não ficar eufórico ao perceber sinais de uma globalização solidária onde se vive o respeito às diferenças? Tensões internas, no entanto, podem criar obstáculos para o FSM. Primeiro, os partidos políticos ainda cogitam a possibilidade de se transformarem numa diretoria do movimento cívico. Outro desafio: a necessidade de mudanças de práticas e comportamentos dos seres humanos – como se desvencilhar das lógicas e das práticas de rivalidade e poder? Como fazer a relação entre transformação pessoal e transformação coletiva?...

Resoluções da reunião de Porto Alegre: O Conselho Internacional do FSM se reuniu e apresentou orientações para a continuidade dos fóruns. Reafirma todos os princípios e a metodologia adotados até então. Estimula a multiplicação de fóruns regionais, nacionais, locais e temáticos. Decide realizar o IV FSM na Índia, em 2004, levando em conta a possibilidade de maior participação de entidades asiáticas e africanas. O V FSM, em 2005, será novamente em Porto Alegre. Outra decisão é que os encontros do FSM não estarão mais vinculados às datas do Fórum Econômico em Davos. ■

CNBB - 1º Fevereiro, 2003



Foto: Cedoc



Outra globalização é possível?

Alvaro Neiva

AS PERGUNTAS “UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL? QUAL GLOBALIZAÇÃO E COMO O MUNDO DEVE SER GOVERNADO?” eram o título da primeira mesa de diálogo e controvérsias do Fórum Social Mundial. Segundo a coordenadora do debate, Soledad Gallego Diaz Fajardo, vice-diretora do jornal espanhol *El País*, esta é a questão emblemática do fórum desde o seu surgimento. “É necessário buscar alternativas”, assinalou. A partir desta visão comum, mas seguindo a proposta das mesas de diálogo e controvérsias, que aconteceram pela primeira vez nesta edição do fórum, os debatedores apresentaram diferentes perspectivas sobre este tema.

“O modelo de globalização neoliberal não atende às necessidades das pessoas”, afirmou o secretário-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o chileno Juan Somavia, garantindo que é absolutamente possível mudar o modelo, construindo uma globalização justa e solidária. Para isso, ele considera que o trabalho é um dos aspectos fundamentais. “Precisamos de um mundo onde exista a possibilidade de trabalho digno, que permita a todas as pessoas o sentimento de realização”, defendeu Somavia.

Pierre Calame, da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário, também criticou o neoliberalismo. “A globalização neoliberal nos é apresentada como única alternativa, mas está a serviço dos interesses econômicos de poucos. É verdade que a mundialização é incontornável, mas é possível uma mundialização radicalmente diferente, com democracia e respeito às diferenças”, afirmou. Segundo ele, a governança global atual não é legítima, nem democrática, nem eficiente, pois apenas aqueles que detêm o capital têm direito à palavra.

Para o chileno Ricardo Navarro, da organização ambientalista Amigos da Terra, a globalização vem nos deixando um mundo submerso na pobreza, onde metade da população sobrevive com menos de dois dólares

Debatedores concordam na crítica aos organismos internacionais e na necessidade de deter o unilateralismo norte-americano, especialmente a guerra ao Iraque



O ex-presidente português Mário Soares apontou a necessidade de fortalecer as Nações Unidas para construir uma governança global justa

diários. Navarro lembrou o 11 de setembro de 2001, dia dos atentados terroristas ao World Trade Center, afirmando que naquele dia também morreram cerca de 17 mil pessoas de doenças gastrointestinais, causadas por problemas alimentares. E esta tragédia se repetiu nos dias 12, 13, 14, e segue se repetindo até hoje, sem despertar a mesma comoção.

“Queremos uma globalização onde o massacre perpetrado pelo governo israelense não seja impune; onde a morte de 500 mil crianças no Iraque, direta e indiretamente provocada por Bush pai não seja impune”, declarou.

O ex-presidente de Portugal, e hoje deputado do Parlamento Europeu, Mário Soares, afirmou não ser contra qualquer globalização. Mas aponta que “esta globalização é desumana, gera pobreza e desigualdade entre os povos, não é capaz de resolver os problemas da humanidade – de alimentar e cuidar da saúde das pessoas”. Soares, um dos oradores mais aplaudidos, afirmou ainda que “os poderes econômico e midiático se impuseram ao poder político, a governança global está sendo destruída. A ONU está enfraquecida, enquanto o G-8 se fortalece, defendendo apenas os interesses dos países ricos”.

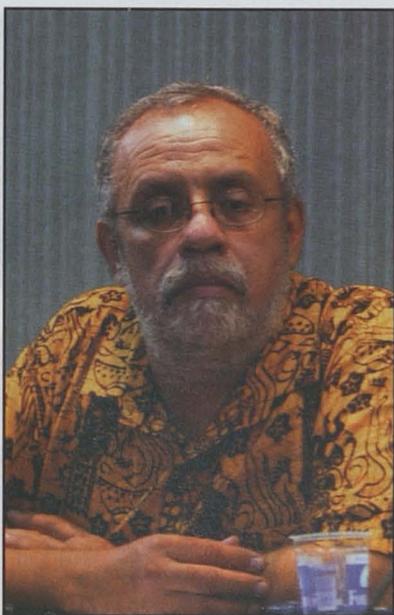
A ativista Nicolla Bullard, da organização Focus on the Global South (Foco no Sul Global), foi na mesma direção. “Temos muitas instituições que, além de antidemocráticas, trabalham no sentido de transferir as riquezas do Sul para os países desenvolvidos”, afirmou.

O senegalês Pierre Sané, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), foi incisivo ao declarar que nenhum processo histórico é inevitável ou irreversível. “Estas políticas são fruto da ação humana e, portanto, passíveis de modificações. Temos que nos empenhar para construir um modelo de globalização a serviço dos povos e não do mercado”, afirmou.

Juan Somavia lembrou que esta estrutura não é acidental, mas um reflexo

da correlação de forças no mundo. “Só mudaremos a globalização se conseguirmos poder para isto”, disse.

Para o dirigente da OIT, se foi possível derrubar as ditaduras da América Latina, a partir da organização e da união para aquela luta, também é possível mudar a globalização. “Temos que sonhar conjuntamente, mas sempre com capacidade de realizar nossos sonhos”, declarou, emocionado. Neste sentido, ele fez questão de felicitar o povo brasi-



Fotos: Victor Soares - ABR

Ricardo Navarro: precisamos de um novo modelo que preserve os recursos naturais

leiro, “pela coragem democrática de eleger Lula, apesar das tentativas de intimidações do mercado financeiro”.

Segundo Ricardo Navarro, a sociedade como está organizada não é sustentável. “É necessário fazer mudanças radicais, ir à raiz do problema. Ao invés de globalização, precisamos de uma planetarização que reconheça as diversidades”, propôs. Além disso, Navarro lembrou que os países do Norte têm uma dívida ecológica com o Terceiro Mundo.

Para ele, o novo modelo precisa ter uma preocupação especial com a preser-

vação dos recursos ecológicos – florestas, biodiversidade, água. Ele apontou como preocupações importantes a matriz energética e o patenteamento de formas de vida, através dos transgênicos.

Organismos internacionais

Uma das questões mais controversas do debate foi o que fazer com os organismos internacionais na construção de um novo mundo: devemos transformá-los, ou acabar com eles? Para Pierre Calame, a Organização Mundial do Comércio representa um avanço em relação ao Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio (*Gatt* –, substituído pela OMC em 1994). Ele acredita que o problema não está no organismo, mas na forma como ele é gerido hoje.

Nicolla contestou esta visão, apontando que “a OMC não é reformável, pois representa, junto com o FMI e o Bird, apenas os interesses dos países ricos e do capital internacional. Não é suficiente fazer pequenos ajustes no sistema”. Segundo ela, é necessário dissolver o poder acumulado por estes organismos para possibilitar o surgimento de uma ordem democrática global. A ativista reforçou a necessidade de difundir informações sobre o assunto, possibilitando que este tema ganhe espaço na arena pública.

Nicolla acredita que obter uma grande vitória internacional hoje pode significar um passo importante para romper o sistema. E, para ela, esta possível vitória é a oposição à guerra no Iraque, “o símbolo mais grotesco desta globalização”.

Mário Soares concordou com ela, dizendo que este sentimento já vem ganhando a opinião pública internacional. Além disso, ele apontou como uma tarefa urgente derrotar o unilateralismo norte-americano, considerado inaceitável. “Grandes interesses econômicos e financeiros esvaziaram as Nações Unidas; precisamos defendê-las e fortalecê-las”, concluiu o ex-presidente português. ■

Oposição à militarização

Memélia Moreira

“O S ESTADOS UNIDOS SÃO UMA AMEAÇA À PAZ MUNDIAL”. Foi com essa frase que o professor do Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT) Noam Chomsky iniciou sua conferência, falando para cerca de 15 mil pessoas no ginásio “Gigantinho”. Chomsky foi um dos conferencistas do tema sobre *As formas de resistência ao Império* e saudou o público, majoritariamente integrado pelos povos do Terceiro Mundo, afirmando que a maioria daqueles que o ouviam “sabem melhor do que eu como enfrentar o Império”. O professor declarou sua admiração ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dizendo que este “é um dos mais importantes movimentos de resistência do mundo”.

Chomsky, confirmando a informação de outros conferencistas, disse que os EUA estão armando seus atuais aliados. “Só em 1997, Bill Clinton enviou mais armas para a Turquia do que em toda a Guerra Fria. É o terrorismo de Estado que vem dando certo, e a Colômbia é o maior receptor de armas de toda a América Latina”. Ao se referir à Colômbia, onde já se encontram 79 marinheiros americanos, Chomsky disse que “lá se promove uma guerra química chamada fumigação, e o que está sendo destruído faz parte da maior biodiversidade do planeta, em plena Amazônia e perto do Brasil. Isto está acontecendo bem antes de qualquer declaração de guerra”.

Entre o otimismo e o pessimismo, Noam Chomsky disse que “nossa sobrevivência como espécie não está assegurada por muito tempo por causa do capitalismo”. Apesar disso, reconhece, há boas novas. Há uma reunião feliz, cheia de vida, acontecendo nesta cidade alegre. Em Davos (cidade suíça que há 33 anos é sede do Fórum Econômico Mundial), o tom está mais grave, cinzento. Os fundadores do Fórum Econômico estão dizendo agora que



Foto: Marcello Júnior - ABR

Organizações de diferentes países uniram-se contra a ameaça de guerra no Iraque, uma das principais questões do Fórum



Foto: Beatriz Bisio

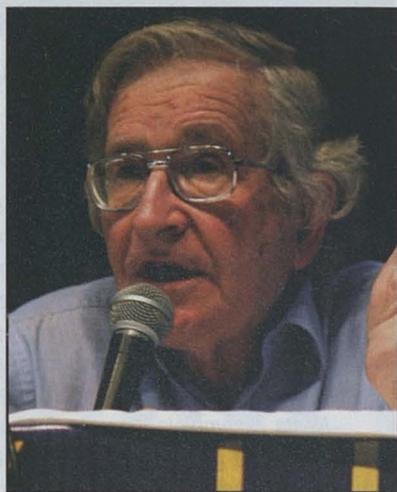
ão

A forte corrida armamentista e a ameaça de guerras em diversos pontos do planeta marcaram os principais debates do III Fórum Social Mundial



o poder das empresas acabou. Os donos do universo estão perdendo poderes, mas ainda faltam alguns obstáculos a transpor.

Ele lembrou que os movimentos de protesto antiguerra vêm se sucedendo a cada dia nos Estados Unidos, onde até mesmo as câmaras de vereadores de importantes cidades, como Chicago, votam moções contra a guerra do Iraque. “Há 40 anos, quando o presidente John Kennedy estava enviando as primeiras tropas para o Vietnã, havia poucos protestos. Hoje, as



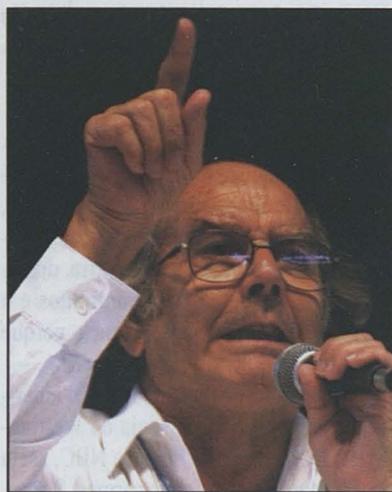
Chomsky: 'Os Estados Unidos são uma ameaça à paz mundial'

manifestações se generalizam, mesmo antes da declaração oficial de guerra”, disse o professor.

Aplaudido a cada duas ou três frases, Chomsky provocou gargalhadas ao dizer que Bush, presidente dos Estados Unidos; Berlusconi, primeiro-ministro da Itália, e Blair, primeiro-ministro britânico “são os três “B” integrantes do eixo do mal”.

Bases militares

O Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel relacionou a dívida externa ao militarismo. Afirmou que “o incremento da dívida externa na América Latina se deu a partir das ditaduras militares que aplicaram o terrorismo de Estado e abri-



Esquivel: 'O acordo de Alcântara é uma forma de anexação da América Latina'

ram o caminho para que se instalassem, na América Latina, um fabuloso complexo industrial-militar”.

“Crescem as bases americanas em todo o mundo, principalmente no nosso continente. Agora, vamos ver se o presidente Lula vai ceder diante das pressões para que os Estados Unidos controlem a Base de Alcântara”, disse Esquivel. Na sua opinião, o acordo de Alcântara faz parte do pacote da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que, segundo ele, “é uma forma de anexação da América Latina”.

Esquivel argumentou que a crescente militarização e a tentativa de imposição de uma hegemonia tem como único objetivo garantir as fontes de recursos naturais: o petróleo e a água. Ele também acusou a



Europa de estar “omissa” diante da hegemonia americana, e alertou que esta omissão terá um alto preço, “porque quando se instalar a Alca e todas as bases previstas, a Europa terá dificuldades para negociar com os países latino-americanos”.

O brigadeiro Ivan Frota também criticou o militarismo imposto pelos EUA. “Esse militarismo é apenas uma das peças de controle dos Estados Unidos, que já detém o poder da informação e econômico, formando uma tríade diabólica”, afirmou. Frota referiu-se também ao enfraquecimento das forças armadas dos países do Terceiro Mundo, “que estão paralisadas”.

Mídia x armas

No debate sobre “Resistência à Militarização”, o representante de Porto Rico, Ismael Guadalupe, denunciou a implantação da indústria bélica em sua terra, dizendo que os EUA “impõem confrontos e a imprensa norte-americana silencia porque é sócia da indústria armamentista”.

Guadalupe denunciou a cadeia americana de televisão CBS, sócia da Westinghouse, fabricante de armas, e a NBC, sócia da GC, que também fabrica armas. Por essa razão, afirmou, “o jornalista que deve dar voz a nós, não diz nada e colabora com o militarismo, essa doença que se alastra nas nossas terras e não dá oportunidade de nosso povo crescer e ficar rico”.

Esse também foi o protesto de Saluz Silva, o colombiano de pouco mais de 20 anos que milita no movimento “Jovens Pela Paz”. Ao condenar a ocupação dos Estados Unidos em seu país e a ameaça de se repetir um Vietnã na Colômbia, Saluz disse que os jovens colombianos só têm três opções quando entram na vida adulta: “entrar para o narcotráfico – e seguem esse caminho seduzido pela sociedade de consumo –, o crime organizado e a guerra”. Segundo ele, a maioria vai para a guerra, por causa das altas remunerações, e o militarismo termina sendo uma saída econômico-financeira num país onde a cada dez jovens que entram na universidade apenas três concluem seu curso.



Foto: AFP

O governo norte-americano não parece se sensibilizar com as manifestações em todo o mundo e segue com os preparativos para atacar o Iraque

Milhões contra a guerra

A guerra foi um dos temas de maior destaque também na Assembléia dos Movimentos Sociais, no âmbito do Fórum Social Mundial. O texto final aprovado, “Chamamento aos movimentos sociais”, apresenta esta como uma das principais preocupações para o próximo período: “As beligerantes intenções do governo dos Estados Unidos em sua determinação de lançar uma guerra contra o Iraque são uma grave ameaça para todos nós e uma dramática manifestação dos vínculos que existem entre militarismo e dominação econômica”.

Nesta assembléia, começou a ganhar força a idéia de fazer protestos pela paz e contra a guerra em todo o mundo no dia 15 de fevereiro. A idéia foi mais que bem-sucedida, culminando em uma das maiores manifestações internacionais da história, antes mesmo de a guerra começar. Milhões de pessoas foram às ruas de Roma, Barcelona, Madri, Londres, Berlim e muitas outras. Nos Estados Unidos, apesar do boicote da mídia, centenas de milhares de pessoas se reuniram em cidades com Washington e Nova Iorque. Cidades da América Latina, África e Ásia também foram palco de grandes manifestações.

Além da guerra, obviamente os movimentos sociais presentes ao Fórum Social Mundial também discutiram outros assuntos importantes, como os direitos das mulheres, a questão da dívida externa e as políticas implementadas pela OMC e pelo G-8. “As desigualdades sociais e econômicas crescem ameaçando as estruturas de nossas sociedades, nossas culturas, nossos direitos e nossas vidas. A biodiversidade, o ar, a água, os bosques, o solo e o mar são usados como mercadoria e estão à venda. Tudo isso ameaça nosso futuro. Em conseqüência nos opomos!”, diz o manifesto, convidando para a mobilização.

Esse mesmo militarismo, segundo Saluz, é um dos grandes responsáveis pelo empobrecimento do povo “que perdem vidas e oportunidades de crescer para combater em guerras impostas pelo capitalismo”. O jovem colombiano encerrou o debate informando que “o mesmo país que já

deslocou milhares de soldados e porta-aviões para o Golfo Pérsico mandou para o meu país os 60 primeiros soldados (mariners), que montaram uma base na fronteira com a Venezuela, querendo nos convencer de que a única saída para os conflitos de um país é a guerra”.

Iraque

O genocídio americano

Há mais de dez anos o povo iraquiano sofre os efeitos de bombardeios e do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos

NEM A GRANDEZA DE REPRESENTAR UMA DAS MAIS AVANÇADAS CIVILIZAÇÕES DO MUNDO ANTIGO, nem a riqueza histórica da bíblica Bagdá são elementos suficientes para a sobrevivência do povo iraquiano, há dez anos submetidos a bombardeios diários despejados pelos Estados Unidos com o apoio da Inglaterra. Esta é a síntese do depoimento apresentado pela dominicana irmã Sherine, que vive o dia-a-dia do genocídio contra o povo do Iraque.

A religiosa dominicana deu seu testemunho ressaltando que seu depoimento se restringiria à questão humanística sobre as conseqüências do embargo imposto àquele país, desde o início dos anos 90. Irmã Sherine, que vive no Iraque há mais de 20 anos, disse que preferia não fazer nenhuma análise política, mas contar “as misérias vividas pelo povo iraquiano” e as seqüelas dos bombardeios, principalmente nas crianças.

A dominicana contou que antes da agressão americana o Iraque era um país próspero, com educação gratuita universal, onde o povo contava com uma extensa rede de saneamento básico e uma boa rede de comunicação. “As sanções impostas pela ONU há 12 anos são uma tragédia sem precedentes na história da humanidade. O que fez esse povo para merecer tal castigo?”, indagou irmã Sherine. “Os bombardeios quase diários provocaram danos materiais, intelectuais e morais irreversíveis e as maiores vítimas são os velhos e as crianças”, completou.

Esse genocídio, ignorado pelo Oci-



Foto: Marcello Júnior - ABr

Irmã Sherine transmitiu aos presentes em Porto Alegre o sofrimento dos iraquianos

dente, já matou, segundo irmã Sherine, 500 mil iraquianos em 12 anos. “Os bombardeios provocaram também uma queda na taxa de natalidade e nossas estatísticas dizem que 6.500 crianças morrem nos cinco primeiros anos de vida. Isso significa que as agressões e o embargo estão destruindo uma população inteira”, afirmou.

Medicamentos

Além das anemias, da desnutrição e das mortes, o maior problema vivido no Iraque é no setor de saúde. “Já entramos em colapso na área de saúde porque há 12 anos não temos remédios, instrumentos cirúrgicos, material de primeiros-socorros,

tudo que faz funcionar uma unidade de saúde”, disse a freira, informando ainda que estas carências atingem também os recém-nascidos. “Por falta de equipamentos, os médicos são obrigados a colocar dois bebês na mesma incubadora, recebendo apenas a metade das doses de medicamentos necessários à sua sobrevivência”. Na cidade de Basra, informou a irmã Sherine, 40% da população (cerca de 750 mil pessoas) estão com câncer e não podem receber tratamento, pois não há equipamento para a quimioterapia.

E para completar esse quadro de destruição, os sobreviventes passam fome. “As famílias de classe média vendem seus móveis, roupas, livros, para comprar comida, e as pessoas quando têm dinheiro para comprar comida, muitas vezes voltam para casa de mãos vazias porque o comércio já não tem muito para vender, e até as crianças abandonam a escola porque não comem e nem podem comprar material escolar”, contou a religiosa.

Sem nunca ter enfrentado qualquer discriminação por parte da sociedade iraquiana, a irmã Sherine disse que agora os religiosos católicos estão vivendo algumas situações de risco, “porque o povo começa a identificar o catolicismo como coisa do Ocidente, como coisa daqueles que agredem o país”.

Porém, a freira afirma que essa situação se deve à cobiça das riquezas. “O Iraque flutua num mar de ouro negro e seu povo passa fome porque o petróleo, a maior riqueza do país, transformou-se em fonte de sofrimento”. (Memélia Moreira) ■



'Lavanderia Brasil', o grande paraíso fiscal

O BRASIL É O MAIOR PARAÍSO FISCAL DO PLANETA, ONDE SE LAVA DINHEIRO SOB PROTEÇÃO DA LEI e onde os inquéritos de remessa de capital esbarram em altos funcionários do Estado que driblam a legislação quando as denúncias envolvem políticos famosos ou representantes da elite financeira nacional. Essas foram algumas das conclusões do seminário promovido no FSM pelos sindicatos de fiscais da Receita Federal, do Banco Central e outras entidades responsáveis pelo fluxo financeiro do país. A "Lavanderia Brasil" cresceu nos últimos 15 anos e um dos casos mais notáveis envolveu personagens do governo de Fernando Collor com a máfia italiana.

Os paraísos fiscais, territórios livres do capital, onde o sigilo bancário aliado a leis tributárias, fiscais e penais elásticas, facilitam transações criminosas, voltaram à ordem do dia depois dos atentados de 11 de setembro de 2001. A partir das investigações decorrentes dos atentados, Inglaterra, Estados Unidos, Holanda, França, Portugal e Espanha perceberam que esses territórios se transformaram em ameaça à segurança dos países ricos porque narcotraficantes e "terroristas" de todas as ideologias poderiam se beneficiar do uso das mesmas armas do capital.

O combate à lavagem de dinheiro e à evasão fiscal, de acordo com o procurador da República Luís Francisco de Souza, um dos debatedores do seminário, começa com o combate à corrupção e, no Brasil, com o controle das contas CC-5 (abertas no exterior) que são movimentadas sem a mínima fiscalização das autoridades brasileiras. O caso mais recente se desenrola no Rio de Janeiro, onde um fiscal, Rodrigo Silveirinha, enviava dinheiro ilegal para o exterior.

Com experiência de quem acompanha o cotidiano do Ministério Público Federal, Luís Francisco criticou, em sua palestra, o atual procurador geral da República, Geraldo Brindeiro. Segundo Luís Francisco, o procurador geral chegou a "arquivar administrativamente" inquéritos escandalosos, entre eles o que envolveu o hoje deputado federal Jader Barbalho (PMDB-PA). O relatório do inquérito contra Jader "desapareceu no Banco Central". O procurador afirmou ainda que a ex-diretora de Fiscalização do Banco, Teresa Grossi (demitida em fevereiro), recebeu a lista completa de quem enviou dinheiro para o Banesta-

Leis fracas e corrupção
dificultam o controle
do fluxo financeiro
do país



O Brasil é considerado um dos maiores paraísos fiscais do mundo. Há pouco controle sobre o depósito do dinheiro em contas de 'laranjas' e a remessa de divisas para o exterior. Normalmente, este dinheiro volta ao país ligado a atividades legais, dificultando seu rastreamento

do de Nova Iorque, “mas nunca se pronunciou sobre o caso”.

O “arcaísmo” de nossa lei de lavagem de dinheiro, a lei 9.613, de março de 1998, também mereceu críticas.

Com o objetivo de “disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro”, essa lei criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda. Luís Francisco de Souza considera o Coaf um órgão de fantasia, que “não investiga nada”.

Na opinião do procurador, o primeiro

“pecado” da lei é o de omitir os crimes de sonegação, além do que dos 112 inquiridos abertos em cinco anos, a imensa maioria só se refere a pequenos narcotraficantes. “A lei só serve para as autoridades brasileiras mostrarem no exterior que estão seguindo as orientações internacionais de combate à lavagem de dinheiro”.

O papel dos “laranjas”

A prática de lavagem de dinheiro no Brasil é facilitada porque o Executivo faz vista grossa ao descumprimento das leis. Não só se transformou em paraíso fiscal porque não tem nenhum controle sobre a

evasão fiscal e financeira, como proliferam as contas bancárias de “laranjas” (pessoas fictícias, ou reais que emprestam seu nome para transações financeiras de terceiros). Os depósitos feitos em contas de “laranjas” são, segundo a auditora fiscal da Receita Federal, Claire Hickmann, “a pré-lavagem do dinheiro, anterior à remessa de divisas para o exterior,

via contas CC-5 até completar o ciclo, com o repatriamento do dinheiro em atividades legais”.

Segundo a auditora, “o primeiro problema para investigar essa lavagem é esbarrar nas contas CC-5”. (O Banco Central permite a estrangeiros a abertura de contas CC-5 no exterior.)

Inicialmente destinadas a atrair investimentos interna-

cionais, segundo fiscais e auditores do Banco Central, Banco do Brasil e da Receita Federal, as contas CC-5 são uma porta aberta para a evasão ilegal de divisas, “porque hoje em dia são usadas, sem o menor controle, por brasileiros que praticam a lavagem de dinheiro”. Segundo Claire Hickmann, 137 contas bancárias recebidas pelo Banestado (Banco do Estado do Paraná) foram despachadas pelo Brasil, cobertas pela CC-5, e em seguida enviadas a paraísos fiscais.

Atualmente, quem regula estas transferências de dinheiro é a Circular 2.677. De acordo com os auditores da Receita Federal, “a Circular 2.677 permite a remessa ilegal porque não exige qualquer documentação, abrindo a possibilidade de uso dos laranjas, encobrindo os verdadeiros autores das remessas de recursos originados de caixa dois, narcotráfico, corrupção e sonegação”.

Além disso, esta norma adotada pelo Banco Central não exige registro no sistema de movimentações de valores abaixo de R\$ 10 mil, tornando possível a fraude por meio do envio de vários cheques de menor valor.

Para combater a lavagem de dinheiro – na maioria das vezes vinculado a ações criminosas –, Claire Hickmann defende “o controle do fluxo financeiro de capital; o controle efetivo sobre as contas CC-5; a definição de mecanismos de controle da origem do dinheiro remetido aos paraísos fiscais e a responsabilidade penal dos bancos que abrem contas em nome de ‘laranjas’”. Também defende que seja estendida ao Ministério Público Federal a atribuição de quebra de sigilo bancário e fiscal.

O analista do Banco Central do Brasil, Abrão Paturini, defende a retomada da proposta original da CC-5 e também a reciclagem dos agentes da Polícia Federal que, disse ele, “não estão preparados para acompanhar os trabalhos de investigação feitos pelo Banco Central e pela Receita Federal”. Se estas medidas fossem adotadas, afirma Luís Francisco de Souza, “boa parte da classe dominante brasileira estaria na cadeia”. (Memélia Moreira) ■



Arte: Mauro C. Alvarenga



A mobilização popular dá maior sustentação aos governos progressistas diante da oposição conservadora e de direita

Desafios marcam a relação entre movimentos sociais

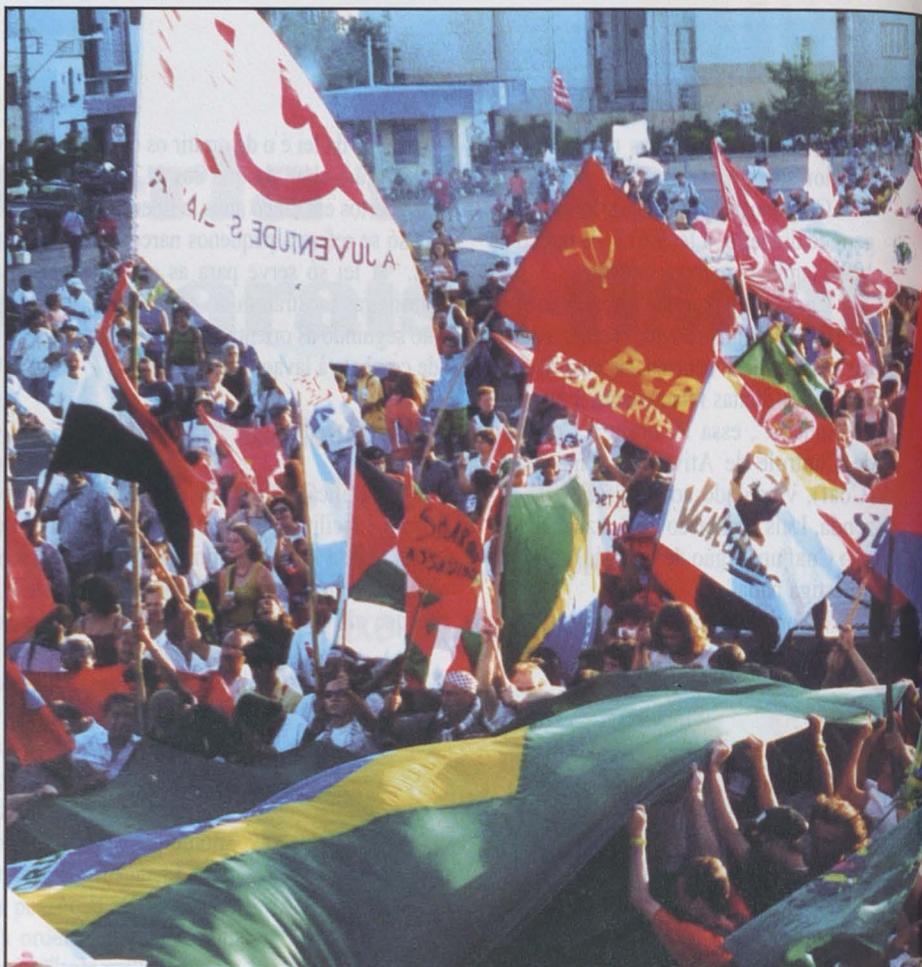


Foto: Ivan Trindade

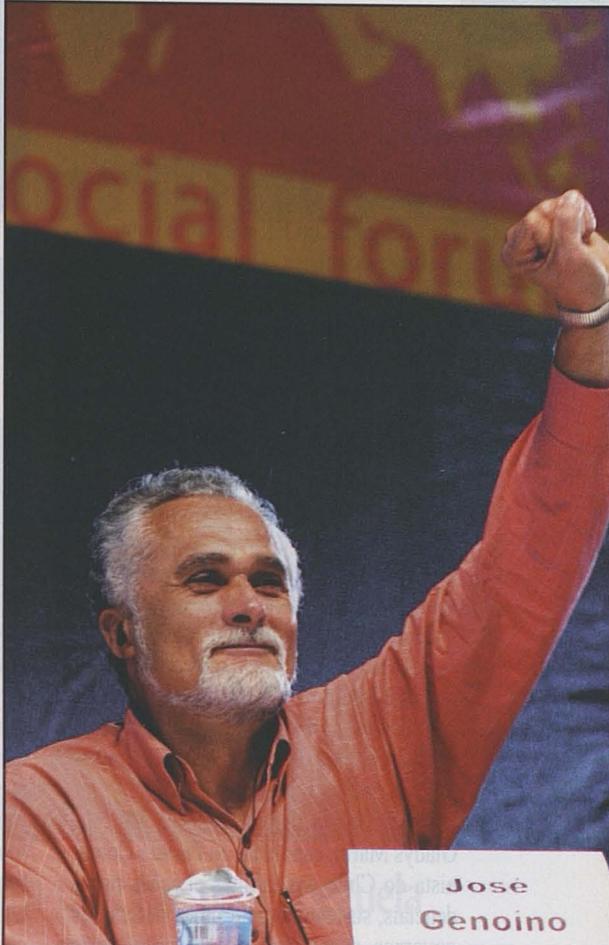
L.B. Roque

A CONDUTA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DIANTE DE GOVERNOS DEMOCRÁTICOS, PROGRESSISTAS OU POPULARES foi tema de uma das mais relevantes mesas de “Diálogo e Controvérsia” do Fórum Social Mundial. Foram três horas de um intenso debate em que diversas experiências internacionais foram apresentadas para responder à pergunta: *Como deve se comportar o movimento social quando um governo afinado com seus ideais assume o poder?* As conclusões iniciais apresentadas pelos integrantes da mesa são fundamentais para o Brasil que com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá um governo eleito comprometido com as aspirações populares e dos trabalhadores.

Sentado à mesa, o presidente do PT, José Genoíno, ouviu Gilmar Mauro, do Movimento dos Trabalhadores



Foto: Marcello Jr. - ABr



Rurais Sem Terra, dizer que eles vão continuar lutando e fazendo invasões de terras para impulsionar a reforma agrária. E teve que ouvir do representante da central sindical Cosatu, da África do Sul, Willy Madisha, uma crítica ao triunfalismo da esquerda quando assume o governo, que a leva, embevecida pela vitória, "a esquecer ou relegar a um segundo plano o seu papel transformador".

As colocações ocorreram num momento em que o governo Lula começa a sofrer críticas por sua decisão de manter a política econômica do governo anterior durante a fase de transição. As consequências desta orientação foram os aumentos da taxa básica de juros da economia e da previsão de superávit pri-

mário para este ano. "Nós criamos um partido político à nossa maneira. Não temos modelos. Nós não damos lições a ninguém e também não aceitamos que queiram nos ensinar como fazer", afirmou José Genoíno, presidente do PT, em resposta ao pronunciamento de Willy Madisha sobre a experiência dos movimentos sociais de seu país, que assumiram o poder com a eleição de Nelson Mandela, em 1994.

Madisha relatou que quando isso ocorreu eles acharam que seria fácil mudar o país, mas depois descobriram que não se pode eleger um governo esperando que ele resolva todas as demandas populares. Para o sindicalista, a luta começa de fato quando o governo progressista se ins-

Bandeiras de partidos e movimentos sociais convivem harmoniosamente nas manifestações pelo país. O presidente do PT, José Genoíno, não teme uma mudança agora que seu partido chegou ao poder

tala, mas o governo depende da pressão dos movimentos sociais e populares para poder avançar. "Os governos progressistas sempre serão pressionados a comprometer seus objetivos para facilitar a entrada de capitais externos. A mobilização do povo contrabalança as pressões do capital e, por isso, não podemos sacrificar os movimentos sociais para aumentar o poder dentro do governo", disse Madisha. O dirigente sul-africano sabia muito bem do que estava falando pois é filiado ao Partido Comunista de seu país. De orientação marxista-leninista, esse partido é uma das organizações integrantes do Congresso

e os governos

Nacional Africano (CNA), o partido situacionista, e possui uma dezena de ministros no governo de Mbeki.

A ligação do PT com os movimentos sociais e populares é muito elogiada pela esquerda européia, onde parece existir um fosso entre partidos e movimentos sociais. Foi partindo destas constatações que Madisha alertou para alguns problemas que a esquerda brasileira poderá enfrentar.

Ele relatou que o CNA deixou de lado o trabalho de base e passou a priorizar as eleições, tornando-se um partido convencional e fazendo do Parlamento a única instância de relação com os movimentos sociais. Repetir essa experiência poderia levar ao enfraquecimento dos movimentos sociais brasileiros vinculados aos partidos que estão no governo. Esse processo faria com que surgissem novos movimentos sociais contrários às políticas econômicas dos governos progressistas.

Muito aplaudida ao final de sua fala, Gladys Marin, candidata do Partido Comunista do Chile nas últimas eleições presidenciais, sustentou que a única defesa dos governos democráticos é a mobilização dos movimentos sociais. Na sua opinião, somente um povo vigilante, mobilizado e organizado, tem condições de sustentar no poder os governos democráticos e de impedir retrocessos institucionais e programáticos. Gladys, uma mulher de traços indígenas, argumentou que foi a falta desse apoio que levou à derrubada do presidente chileno Salvador Allende, em 1973. "Nós chegamos ao governo com Allende, mas não ao poder. Ao ganharmos uma eleição, os movimentos sociais não podem ser desmobilizados, pois eles são a única defesa dos governos democráticos", afirmou.

Em sua fala, ela traçou um paralelo entre a experiência chilena e o que acontece hoje na Venezuela, onde as forças políticas conservadoras e de direita trabalham para desestabilizar e derrubar o presidente Chávez. Na sua opinião, a população venezuelana deve resistir à ação golpista.

A defesa da autonomia dos movimentos sociais diante de governos democráti-



Foto: Marcello Jr. - ABr

Gilmar Mauro, do MST: 'Para avançar, é preciso que haja movimentos sociais fortes'

cos coloca uma segunda questão: *até onde ir na luta e até que ponto se deve apoiá-los?* Madisha considera que seria um erro estratégico não ajudar a implantar as mudanças deflagradas pelos governos progressistas. Mas coube ao italiano Fausto Bertinotti, do Partido da Refundação Comunista, mostrar que o dilema não estava resolvido: "Há o risco do sectarismo, mas também há o risco do moderatismo. A busca da unidade muitas vezes envolve a submissão. O melhor estaria numa receita de unidade com radicalidade."

Atenta à perda de base social da democracia representativa e dos partidos, a francesa Leyla Daklhi disse ser preciso garantir a diversidade e a pluralidade nos movimentos sociais, porque é cada vez maior o número de pessoas que se abstem de votar e procuram outros caminhos de manifestação.

O presidente do PT interveio nesse debate afirmando que no Brasil, ao contrário da Europa, os partidos de esquerda e os movimentos sociais avançam no rumo de uma aproximação e não da atomização. Por isso, o governo Lula terá de caminhar com dois pés: um institucional, fazendo a reforma do Estado com democracia, transparência e controle público, e o outro formado por um movimento social forte, fazendo pressão política.

Genóino destacou que o PT era pluralista e que agora que chegou ao poder não pretende transformar os movimentos

sociais em correia de transmissão de políticas governamentais. O ideal seria um movimento popular forte para sustentar e negociar com o governo Lula.

Representante do MST, um movimento radical que preserva sua autonomia, Gilmar Mauro apresentou a linha que sua entidade seguirá durante os anos de governo Lula. "Não vamos esperar que o governo cumpra suas promessas. Vamos agir permanentemente. Invasões e ocupações serão feitas. Isso não se fará para afrontar o presidente Lula. Nós acreditamos que para avançar é preciso que haja movimentos sociais fortes", disse Mauro.

O líder dos sem-terra foi veemente, afirmando que mesmo em governos progressistas as mudanças só ocorrem com o povo na condição de protagonista histórico, e isso só é viável quando milhões de pessoas lutam por seus direitos. Gilmar Mauro adiantou que o MST vai apoiar os avanços do governo Lula e criticar tudo o que for continuísmo e retrocesso. A mobilização pela terra também vai continuar, pois, se isso não for feito, os sem-terra acreditam que os conservadores se mobilizarão para impedir a reforma agrária. Para ilustrar o dilema, Gilmar Mauro citou frase de Rui Barbosa: "Quando há pressão social, os governos não atendem alegando que eles não agem sob pressão; quando não há pressão social, os governos também não atendem porque não há ninguém demandando." ■

‘Não temos compromisso com os neoliberais’

Diogo Coelho

“**D**O FUTURO DA VENEZUELA DEPENDE O FUTURO DA AMÉRICA LATINA. Não nos resta outra opção que não seja a vitória.” Com essa frase, o presidente venezuelano Hugo Chávez encerrou o ato contra o golpe na Venezuela, realizado no auditório da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na noite de 26 de janeiro. A atividade foi organizada pelo Comitê Gaúcho de Solidariedade à Venezuela e contou com a presença de cerca de mil pessoas que se espremiaram no auditório da Assembléia, além de alguns outros milhares que ficaram do lado de fora, na Praça da Matriz.

A mesa de abertura do ato foi composta por representantes de diversas organizações e entidades, dentre as quais a CUT-RS, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), o Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, a Via Campesina, a União Nacional dos Estudantes e o Partido Comunista do Brasil. Também compuseram a mesa os intelectuais franceses Bernard Cassen e Ignácio Ramonet, a deputada federal eleita pelo PT gaúcho Luciana Genro (representando o Comitê Gaúcho de Solidariedade à Venezuela) e o prefeito de Porto Alegre, João Verle, que em sua fala informou que o Fórum de Autoridades, reunido na capital gaúcha, deliberou apoio ao governo de Chávez, “por ter sido democraticamente eleito pelo povo venezuelano”.

O levante popular em 1989

Em seu discurso de mais de duas horas, dezenas de vezes interrompido por aplausos e palavras de ordem dos presentes, o presidente Hugo Chávez fez uma retrospectiva de sua vida política e dos fatos recentemente ocorridos em seu país. Começou traçando um paralelo entre a derrocada do comunismo do Leste europeu no final da década de 80 e a efervescência política que a Venezuela vivia no mesmo período: “Em 1989, caiu o Muro de Berlim; em 1991 ruiu a União Soviética. Logo levantaram a bandeira da vitória do capitalismo neoliberal e do fim da história. Mas no mesmo ano de 1989, em 27 de fevereiro, levantou-se uma enorme rebelião popular na Venezuela contra o pacote neoliberal imposto pelo FMI. Houve um



Foto: Victor Soares/ABR

Ato contra o golpe na Venezuela contou com a presença de Hugo Chávez, que fez um histórico das lutas populares recentes no país

massacre nas ruas de Caracas e de outras cidades. Até hoje não se sabe quantos morreram. Eu era militar recém-formado na época, mas tive uma rubéola e fiquei no quartel. Santa rubéola. A partir dali, refleti muito, e recordei Simon Bolívar. Um soldado não pode se armar para matar seu povo”.

O presidente venezuelano prosseguiu falando sobre o levante militar que liderou em 1992, que lhe custou a prisão e a pecha de golpista. Mas, para Chávez, aquele episódio de 92 foi o desdobramento da rebelião popular de três anos antes: “Nós soldados não somos mais do que povo uniformizado”, afirmou.

A Constituição Bolivariana

A partir daqueles episódios, Hugo Chávez declarou que ele e seus aliados concluíram que “era imprescindível a

Luta na Bolívia impede participação de Morales

No comando de uma das maiores manifestações da América Latina contra a política neoliberal, acontecida na Bolívia, o líder indígena Evo Morales encaminhou uma carta ao III Fórum Social Mundial, justificando sua ausência. No documento, Morales denuncia as Forças Armadas Bolivianas, "que se transformaram num exército de ocupação a serviço dos interesses transnacionais e da potência do Norte".

Candidato derrotado à Presidência de seu país, Evo Morales conta que o movimento rebelde na Bolívia é um "basta a este modelo neoliberal. Nós nos mobilizamos para mudar este modelo e eles nos respondem com balas, com tanques, com mortos. Durante cinco meses dialogamos com o governo, expusemos razões e argumentos e não conseguimos nada. Por isso, iniciamos o bloqueio das estradas. Porque queremos soluções e não palavras".

Adiante, o líder afirma que "os aymaras, quéchuas, guaranis e os mais de 30 povos indígenas que existem em meu país, buscamos recuperar nosso território. Não queremos nos sentir estrangeiros em nossa própria terra. Não queremos ser tratados como cidadãos de quinta categoria exilados em nosso próprio território".

A carta – lida no Fórum por uma índia aymara – denuncia a campanha norte-americana de combate ao narcotráfico alertando: "Não nos deixemos enganar. Sabemos que a luta contra as drogas nada mais é que um pretexto para militarizar nossos territórios, para violar nossa soberania". E encerra dizendo que a luta indígena "não é apenas pelo gás, terra, coca e água, mas também contra a Alca, porque estamos convencidos de que se a Alca for aprovada será muito difícil recuperar nossos recursos naturais. A Alca, mais do que um projeto de comércio, é um projeto de neocolonização e anexação. Não queremos que o grande mercado da Alca provoque o etnocídio de nossos povos. Queremos uma integração solidária, diversa, justa, uma integração que se sente no Fórum Social Mundial". (Memélia Moreira)

conformação de forças transformadoras e revolucionárias na Venezuela". Foi assim que surgiu a idéia da elaboração de uma Constituição Bolivariana, "baseada na democracia participativa e em um modelo econômico diferente do capitalismo neoliberal". "Certa vez" — prosseguiu Chávez — "Fidel Castro me disse: 'Na Venezuela, vocês chamam a luta por igualdade e justiça social de bolivarianismo; aqui, em Cuba, nós chamamos de socialismo'".

Hugo Chávez falou então do debate ocorrido em 1996, no movimento bolivariano, se deveriam ou não participar das eleições presidenciais de 1998. Decidiram pela participação, e a partir daí começaram uma campanha de cidade em cidade, criaram um partido e foram para as eleições: "Apesar da grande campanha midiática contra nós e da escassez de recursos, ganhamos as eleições com 55% dos votos. O nosso segundo decreto, em abril de 1999, foi a convocação de um plebiscito para saber se deveríamos convocar uma Assembléia Constituinte para refundar a república. Em julho daquele ano, mais de 80% dos venezuelanos disseram *sim*."

Em 15 de dezembro de 1999 estava redigida a Constituição Bolivariana. Foi realizado então um novo referendo e a Constituição foi aprovada por 86% dos votantes. "A primeira medida dos golpistas em abril passado foi rasgar a Constituição Bolivariana. O povo reagiu saindo às ruas com a Constituição nas mãos", afirmou Chávez, erguendo uma pequena cópia do texto constitucional, gesto repetido pelos venezuelanos presentes no auditório.

A campanha da mídia

Em seguida, Chávez falou sobre a pressão que recebeu dos grandes empresários venezuelanos logo após

sua eleição: "Eles indicaram uma lista de nomes para os ministérios. Queriam o Ministério das Finanças, o Ministério das Comunicações, e para o Banco Industrial – o *Banco Central venezuelano* –, indicavam um representante dos banqueiros, como era praxe até então na Venezuela. Eu, obviamente, ignorei a lista. Não ia colocar os urubus para cuidar da carne."

Hugo Chávez passou então a falar sobre o momento que vive a Venezuela, destacando a campanha desestabilizadora da mídia, que, segundo ele, condiciona até as crianças para a violência contra o governo. E chegou a declarar que "o mundo não estranhe se em breve viermos a fechar alguns canais de televisão". Chávez falou também sobre as recentes medidas tomadas pelo governo, como a suspensão da venda de dólares no país, o controle dos preços e a instalação de um sistema nacional de distribuição de alimentos e remédios. "Essas medidas não são bem vistas pelos neoliberais, mas não temos compromissos com eles", afirmou.

Chávez informou ainda que havia demitido três mil técnicos grevistas do alto e médio escalões da Petrolífera da Venezuela (PDVSA), substituindo-os por outros técnicos. Segundo o presidente, "agora a PDVSA tem uma direção patriótica. Pela primeira vez na história, a PDVSA é subordinada ao governo eleito pelo povo".

Por fim, sobre o Fórum Social Mundial, Chávez declarou ser o fato político mais importante do mundo: "Aqui no Fórum Social Mundial se constrói a alternativa ao neoliberalismo. Tenho a convicção de que, se não acabarmos com o neoliberalismo, o neoliberalismo acabará com o mundo. Estou seguro de que esses movimentos de resistência e alternativas continuarão surgindo. Estamos apenas começando uma nova época." ■

Um outro mundo não é possível sem a garantia dos direitos fundamentais da humanidade, que vêm sendo ameaçados pela ação de governos e corporações

Direitos Humanos na corda bamba

Ivan Trindade

O PAINEL “PELA PLENA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS”, realizado no dia 24 de janeiro no cais do porto de Porto Alegre, reuniu representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que lutam pela garantia da igualdade entre fortes e fracos nas relações sociais, comerciais, políticas, legais e econômicas. Parte do Eixo 2 do FSM, “Princípios e Valores, Direitos Humanos, Diversidade e Igualdade”, o evento foi organizado pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), com a direção da mesa do seu presidente, o senegalês Sidiki Kaba. Os debatedores foram o norte-americano William Pace, coordenador da Coligação para o Tribunal Penal Internacional (CICC); Ignácio Saiz, da Anistia Internacional; o indiano J Vincent, secretário-geral da Campanha Nacional pelos Direitos do Povo Dalit (NCDHR); a advogada israelense Lea Tsemel, do Centro de Informação Alternativo (AIC); a feminista filipina Gigi Francisco, coordenadora regional para o Sudeste asiático das Alternativas para o Desenvolvimento com as Mulheres na Nova Era (DAWN); a palestina Rande Sinure, membro da ONG jurídica Al-Haq, e a italiana Cecília Brigui, da Confederação Italiana de Sindicatos (CISL). Os desrespeitos e ameaças aos direitos humanos acontecem diariamente, em diversas partes do planeta. O relato de cada um dos painelistas construiu um mosaico que apresenta o mesmo drama sob várias facetas.

Cecília Brigui, da CISL, denunciou a prisão e o indiciamento pelo governo de dois líderes de trabalhadores chineses. Yao Fuxin e Xiao Yunliang foram acusados de subversão por organizarem marchas e greves reivindicando melhores condições de trabalho e salários mais justos nas fábricas estatais, além de direitos trabalhistas até hoje inexistentes na China. A CISL luta em parceria com outras organizações internacionais para evitar que Yao e Xiao sejam punidos pelo governo central. Porém, Cecília frisou que as agressões aos direitos dos trabalhadores não são exclusividade dos regimes autoritários, citando como exemplo a Colômbia, onde a situação também é grave.

Ela relatou ainda que a ONU recebe pressões diárias de nações e corporações para a flexibilização das legislações trabalhistas internacionais. O argumento usado por estes agentes econômicos é de que leis muito rígidas freiam o desenvolvimento e a produção de bens e riquezas no planeta. A representante da CISL apontou a organização e o fortalecimento dos sindicatos e organizações inter-sindicais como caminho na busca de leis mais protetoras dos direitos dos trabalhadores. Cecília classificou a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil co-



Segundo os palestrantes (foto acima), muitas vezes as violações aos direitos humanos são fruto das relações políticas e econômicas

Israelenses (foto ao lado) exibem camisas e faixas com os dizeres: 'dois povos, duas nações', pedindo paz e declarando solidariedade aos palestinos. O conflito entre os dois países foi citado como um dos maiores exemplos de violações aos direitos humanos



mo um alento para a luta pelos direitos humanos. Para a ativista italiana, o Brasil deu um exemplo ao mundo de que a preocupação com o social é compatível com o crescimento econômico. Em sua proposta para o fortalecimento da luta pelos direitos trabalhistas, Cecília defendeu a criação de um fundo internacional financiado por grandes empresas para garantir a aposentadoria, a educação dos filhos e o suporte das famílias dos trabalhadores.

A defesa dos direitos das mulheres foi o motivo da fundação, em 1984, da ONG Dawn, representada no III FSM por Gigi Francisco, que apontou o renascimento do fundamentalismo religioso como a maior ameaça ao bem-estar das mulheres hoje. Para ela, o perigo se torna maior ainda quando as leis religiosas viram leis de Estado. Estas normas medievais negam às mulheres seus

direitos mais básicos, como educação, atendimento médico digno, igualdade política e social e possibilidade de ascender economicamente.

Nestes países, as mulheres são colocadas em posição de completa submissão frente aos homens, sendo tratadas como propriedade sem direito. Um novo tipo de escravidão, agora determinada pelo gênero. Assim como no caso dos trabalhadores descrito por Cecília, Gigi acredita que somente uma resposta da sociedade civil or-

ganizada pode pressionar a ONU e outros organismos de controle a agir para evitar estes abusos.

Os direitos humanos passam pelo direito à autodeterminação e de um Estado próprio. Este foi o tema das participações da advogada israelense Lea Tsemel, representante do Centro de Informação Alternativa (AIC), baseado em Jerusalém e na Faixa de Gaza, e de Rande Sinure, jurista da ONG palestina Al Haaq. Para as duas, a garantia dos direitos do povo palestino



passa necessariamente pela desocupação por Israel dos territórios ocupados.

A autodeterminação é o passo inicial para a igualdade nas relações entre os dois povos. Rande classificou Israel como o representante no Oriente Médio dos países impunes nas suas políticas de invasão e exploração de nações e povos mais fracos. Como exemplo, ela citou a construção do muro separando o lado oeste da Faixa de Gaza (território palestino) do território israelense, que tem levado à desapropriação de terras e casas de palestinos.

A jurista defendeu a punição dos líderes israelenses e do Estado de Israel pelos crimes cometidos contra os árabes. Mas frisou que não apóia as ações terroristas contra civis israelenses. Rande pediu a participação da comunidade internacional na luta pela responsabilização penal de Israel pelas violações aos direitos humanos.

A advogada Lea Tsemel afirmou que durante anos, a sua ONG lutou em Israel pela abolição da tortura nos cárceres do país contra os palestinos. Em 1999, a AIC conseguiu que a Suprema Corte de Israel declarasse os maus-tratos ilegais em todo o país. Infelizmente, a retomada da Intifada, em 2000, eliminou a validade da decisão judicial: hoje, todo preso palestino suspeito de envolvimento com terrorismo corre o risco de ser torturado. Lea considera que o sucesso da política israelense no Oriente Médio se deve ao apoio maciço dos Estados Unidos e à omissão da ONU.

Outra ação dos israelenses é a desqualificação dos palestinos, afirmando que a luta é entre um Estado democrático e terroristas. A advogada insistiu em que o objetivo da AIC é cessar as hostilidades entre os dois lados, mas entende que a única maneira de isso ser feito é com a proclamação do Estado palestino (que não existe ainda) e a posterior negociação política entre dois Estados soberanos.

O relato mais impactante do painel ficou por conta do indiano J. Vincent, secretário-geral do NCDHR. Ele afirmou que o *apartheid* não terminou. Na Índia, escolhida para sediar o FSM em 2004, 240 milhões de pessoas são discriminadas em ra-

ção de sua origem. Os dalits, ou “intocáveis”, são, segundo o Bramanismo, os párias da sociedade indiana. Pelo sistema de castas, eles estão abaixo dos quatro grupos de seres humanos existentes.

A religião determina que os homens surgiram de quatro partes do corpo do Deus Brahma: os *brahmins* (sacerdotes) nasceram da cabeça, os *kshatriyas* (soldados) vieram dos braços, os *vaisyas* (comerciantes) surgiram do quadril, e os *sudras* (fazendeiros) tiveram origem nos pés de Deus. Abaixo de todas essas classes estão os *dalits*, que não

“Em 1999, a AIC conseguiu que a Suprema Corte de Israel declarasse ilegais os maus-tratos em todo o país. A retomada da Intifada, em 2000, eliminou a validade da decisão judicial: hoje, todo preso palestino suspeito de envolvimento com terrorismo corre o risco de ser torturado”

são considerados seres humanos. Esta condição os submete à discriminação social, econômica, religiosa, política e cultural.

Segundo J. Vincent, os dalits não têm direito à posse de terras, não podem frequentar os templos das outras castas e, na pior das segregações, não podem tocar ou ser tocados por integrantes das classes superiores. Tamanha separação de classes abre caminho para a violência contra os dalits. Eles são vítimas de estupros, assassinatos, desapropriações e agressões; crimes sempre impunes e sem possibilidade de defesa. A situação se torna ainda mais grave porque a Constituição Indiana aboliu em 1989 o sistema de castas.

A luta da organização é para abolir a discriminação dos dalits do imaginário indiano. A tradição de desrespeito aos direitos humanos básicos já tem três mil anos. O secretário-geral pediu o apoio dos participantes do III FSM na luta do povo dalit. Para J. Vincent, apenas a união dos povos do mundo pode mudar a realidade de um quarto da população indiana. Ele acredita que a realização do IV FSM no país vai dar visibilidade à luta dos dalits.

Os participantes do painel foram unânimes em apontar a importância do Tribunal Penal Internacional (TPI) como forma de garantir proteção aos povos do mundo contra a tirania e a violação de direitos individuais e coletivos. O organismo foi criado em julho de 1998, durante a Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas, realizada em Roma, na Itália. Após a adesão de 60 países, o TPI entrou em funcionamento em 11 de abril de 2002, apesar de ainda não estar operacional.

A primeira mesa, de 18 juízes, entre os quais a magistrada paulista Sylvia H. de Figueiredo Steiner, foi eleita em 7 de fevereiro deste ano, e tem mandato de seis anos. Wilian Pace, coordenador da CICC, coalizão de mais de mil organizações de todo o mundo que participam da campanha para a implementação do TPI, esteve em Porto Alegre para explicar o funcionamento do organismo e colher mais adesões.

O TPI vai julgar indivíduos acusados de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Não vai julgar nações ou governos, mas apenas as pessoas responsáveis pelas violações aos direitos humanos. A jurisdição do Tribunal vale para crimes cometidos a partir de julho de 2002. Japão, Índia e, principalmente, Estados Unidos ainda se opõem a ele. Apesar disso, a coalizão avalia que o TPI deve estar julgando seus primeiros casos ainda em 2003.

O painel apresentou um cenário sombrio e uma esperança: os direitos humanos ainda são violados e ameaçados em praticamente todo o mundo, seja pelo trabalho escravo, pela discriminação racial, política ou religiosa, mas há o surgimento do TPI, que pode representar um avanço importante. ■

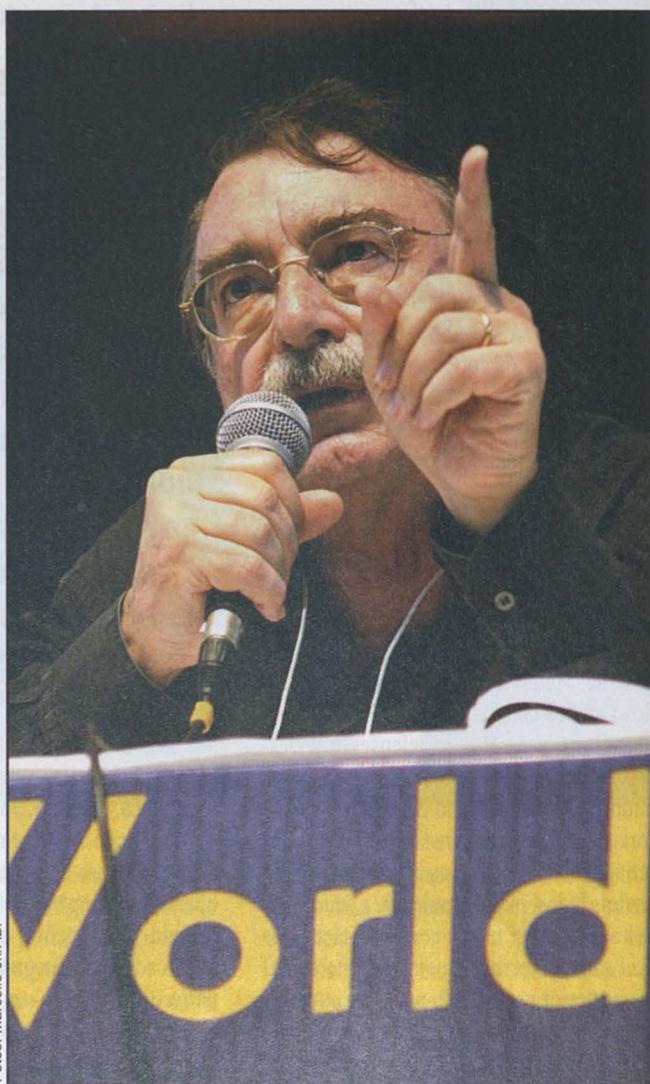
Consenso midiático

Concentrada em poucas e poderosas multinacionais, a comunicação exerce hoje um papel fundamental

A NECESSIDADE DE ANALISAR CRITICAMENTE OS CONTEÚDOS DIFUNDIDOS PELOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO e a grande concentração de posse das empresas do setor foram os pontos centrais do debate “Mídia e globalização”, dentro do eixo temático “Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e à homogeneização”.

O debate foi aberto pelo editor do prestigiado jornal francês *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet, que traçou um interessante paralelo entre a comunicação e a questão alimentar. Segundo ele, as pessoas podem morrer de fome, problema causado pela falta de comida, mas também podem morrer por ingerir comida contaminada, como é o caso da vaca louca, por exemplo. Para Ramonet, a comunicação hoje está contaminada. Como solução, ele propôs uma “ecologia da comunicação”, para lutar pela sua preservação.

A equatoriana Sally Burch abriu sua intervenção dizendo que “a comunicação está no centro do modelo econômico que estamos combatendo”. Segundo ela, o desenvolvimento da comunicação, hoje, está diretamente relacionado com o mundo globalizado. “Todo o desenvolvimento tecnológico do setor é fruto de interesses econômicos”, afirmou. Na sua opinião, “hoje existe um ‘Consenso midiático’, comparável ao Consenso de Washington (o documento que contém as diretrizes do neoliberalismo).



Fotos: Marcello Jr./ABR

Ignacio Ramonet anunciou a criação do Observatório Global da Mídia, instrumento de pressão e controle da sociedade sobre a comunicação

Sociedade da Informação

Sally lembrou da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, marcada para dezembro de 2003, na Suíça, para discutir os efeitos das novas tecnologias de comunicação sobre a sociedade. “É preocupante que se saiba tão pouco sobre a cúpula e que a comunicação esteja sendo tratada como assunto de especialistas”, afirmou. Segundo ela, o desenvolvimento da infra-estrutura nos países em desenvolvimento está sendo utilizado para abrir mercado para as grandes empresas multinacionais de telecomunicações. Outra preocupação levantada pela equatoriana é a tentativa dos Estados Unidos de controlarem toda a informação eletrônica, o que representa um grave desrespeito aos direitos individuais. “Diversos grupos vêm sustentando que a comunicação é um direito humano fundamental para sustentar os demais direitos básicos, que tem um papel estratégico na construção de uma nova sociedade”, completou.

Sally disse que o poder de escolha não deve se resumir ao uso do controle remoto, mas representar a organização coletiva da sociedade. “Os movimentos sociais precisam incorporar estas lutas em suas plataformas”, defende. Ela aponta algumas tarefas para a luta pela democratização da comunicação: atuar no âmbito institucional, buscando um marco regulatório que evite o surgimento de monopólios ou oligopólios, fomentar a pluralidade e criar condições para garantir a liberdade de expressão e desenvolver um sistema público de comunicação, com ampla participação cidadã.

Antes de concluir, Sally apontou a importância da construção de uma nova sociedade. “É necessário construir uma agenda social envolvendo as diversas frentes e que os distintos movimentos assumam como parte de seu programa. A democratização da comunicação se configura como uma das lutas sociais mais claras e importantes do século XXI. Sem ela, não é possível imaginar este outro mundo



Para Sally Burch, os diversos movimentos sociais precisam defender a democratização da comunicação, que deve ser uma das mais importantes lutas sociais do século XXI

Uma arma contra o poder da mídia

Foi lançado durante o Fórum Social Mundial, por iniciativa de diversas organizações internacionais, com o apoio do jornal francês *Le Monde Diplomatique* e da agência de notícias IPS o Observatório Internacional da Mídia (*Media Watch Global*).

Segundo o diretor do *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet, o Observatório deve ser uma “arma contra o superpoder da mídia”. “Enquanto os grandes veículos pertencem à globalização, esta iniciativa pertence aos movimentos sociais internacionais. A comunicação será dos povos no século XXI. Com a verdade, triunfaremos”, afirmou.

O Observatório será composto por representantes de três setores: os jornalistas, que deverão zelar pelo profissionalismo; o público, que deve defender a informação independente e o conteúdo de qualidade e os representantes da academia – pesquisadores do assunto.

que discutimos e sonhamos aqui em Porto Alegre”.

Susanna George, militante de uma organização feminista nas Filipinas, afirmou que o grande espaço dado no III Fórum Social Mundial às questões relativas à comunicação revela o reconhecimento da importância deste tema para o mundo atual. E lembrou que a disputa pelo poder (e pela conquista e manutenção dele) depende da conquista de corações e mentes. “Hoje, a mídia é

o maior palco deste processo de dominação cultural”, afirmou.

Para Susanna, a mídia global representa para o capitalismo neoliberal hoje o que os missionários representaram para o colonialismo no passado, assumindo para si a tarefa de expandir mercados.

“As grandes corporações transnacionais superam fronteiras, tentando reduzir as diversidades culturais”, afirmou. E citou o exemplo da indústria fonográfica, que impôs às expressões musicais de di-

Lançado o 'Brasil de Fato'

Mais de cinco mil pessoas lotaram o auditório Araújo Vianna para participar do lançamento do jornal Brasil de Fato, que reuniu alguns dos nomes mais importantes presentes ao Fórum Social Mundial: Noam Chomsky, Eduardo Galeano, Hebe de Bonafini, Sebastião Salgado, Aleida Guevara – a filha de Che –, entre outros.

O intelectual Plínio de Arruda Sampaio afirmou que, "se é preciso um jornal com o nome Brasil de Fato é porque há um Brasil de mentira vendido a nós pela grande imprensa". Segundo Plínio, será preciso muita força para derrotar este modelo de subjugação do povo brasileiro e latino-americano. "A luta do povo se faz com as armas do povo. Vamos criar uma rede mundial de jornais socialistas", defendeu.

O escritor uruguaio Eduardo Galeano falou sobre a perversidade do neoliberalismo, que ameaça a liberdade de expressão. "Eles nos roubam não só a terra, o trabalho, a água. Também roubam nossas palavras", afirmou. Galeano demonstrou esperança de que o novo jornal possa ajudar a recuperar as palavras roubadas daqueles que têm algo a



Uma bela cerimônia marcou o lançamento do jornal 'Brasil de Fato' em Porto Alegre, com a presença de milhares de pessoas, além de um grande número de personalidades

dizer "por necessidade, e não pela obrigação de mentir". Saudada com gritos de "Guevara, Guevara", e uma das mais aplaudidas, Aleida disse que só um povo culto pode ser livre, e convocou os responsáveis pelo jornal a lutarem pela "vitória sempre".

Durante o Fórum circulou o número zero do Brasil de Fato, que tem formato tablóide. A previsão era de que a partir do início de março ele estivesse circulando no país inteiro, semanalmente, com uma tiragem de cem mil exemplares.



Eugênio Bucci: 'informação independente e crítica é fundamental para a cidadania'

versas origens a estreita faixa denominada *world music*.

O último palestrante a falar foi Eugênio Bucci, recém-empossado por Lula presidente da Radiobrás. Bucci apontou uma mudança estrutural no caráter do sistema capitalista: segundo ele, a base do sistema deixou de ser a produção de mercadorias, transferindo-se para a produção de imagens das mercadorias.

Bucci informou que as seis maiores empresas de mídia do mundo faturam mais do que os PIB de diversos países somados. A campeã, AOL-Time-Warner, em 2002 faturou 38 bilhões de dólares. "Os conglomerados de mídia regidos pe-

la lógica da imagem como mercadoria são incompatíveis com informação independente e democracia. O setor precisa ser redimensionado para que haja uma comunicação realmente democrática", afirmou.

Em sua opinião, enquanto na comunicação prevalecer a lógica mercantil, não haverá informação democrática. Será preferível obstruir a verdade, construindo necessidades e opiniões. Bucci ressaltou ainda a importância da informação independente e crítica na formação dos cidadãos. "Alguém precisa deter o mercado antes que ele escreva o epitáfio da democracia", sentenciou. (Alvaro Neiva) ■

A imagem e a preservação da identidade cultural

O CINEASTA ITALIANO CITTO MASELLI abriu a conferência “Cinema e política” explicando os motivos que o levaram a se reunir a outros importantes nomes do cinema, como seus conterrâneos Ettore Scola e Gillo Pontecorvo, para criar a Associação Internacional dos Autores Audiovisuais. Segundo ele, a associação tem a tarefa de defender e construir um cinema com fundo político-social, diante do ataque praticado pelas grandes empresas e pelos setores políticos mais conservadores. Maselli aponta que, no mundo atual, governos nacionais fortes, empresas estatais, assembléias representativas, partidos políticos, organizações sindicais e movimentos sociais são vistos como obstáculos.

“Vivemos em uma realidade planetária onde valores são impostos para garantir a conquista de mercados”, afirmou Maselli. Segundo ele, a cinematografia norte-americana sufoca todas as demais, influenciando a vida e o conhecimento das pessoas ao redor do mundo. Assim, vêem-se comprometidos princípios fundamentais para uma sociedade justa e democrática, como o direito à livre escolha e a liberdade de expressão. “Não somos obrigados a viver em uma sociedade baseada na injustiça, na desigualdade e no sofrimento cotidiano, na qual milhões de pobres vivam às margens de um pequeno núcleo rico”, defende.

Através do cinema, com uma mistura de criatividade e crítica social, este discurso pode ganhar importância. Daí a importância da associação e sua luta contra o genocídio do mercado, o neoliberalismo, a discriminação e a guerra, ou, como concluiu Maselli: “O cinema como ins-

trumento para afirmar que um outro mundo é possível.”

Genocídio cultural

O argentino Fernando Solanas condenou a homogeneização das imagens e linguagens, um autoritarismo destrutivo daquilo de mais bonito e mais autêntico que os povos possuem: sua memória e sua cultura. “A guerra hoje não é só com armas bélicas, mas também aparece no nosso cotidiano através de duas formas: o genocídio do mercado, que produz diariamente milhares de mortos silenciosos, e a guerra da comunicação e das imagens”, afirmou.

O cineasta argentino concordou com a crítica de Maselli ao domínio exagerado da indústria cinematográfica norte-americana. “Trata-se de um silencioso genocídio cultural quando uma cinematografia ocupa mais de 80% das telas mundiais, enquanto há povos que ainda não conquistaram o direito humano essencial de produzir sua própria imagem e comunicá-la aos outros povos. Estes povos e países estão condenados a sofrer sérias mutações: padronização, homogeneização, ocupação dos espaços por imagens, idéias e memórias alheias que nos expulsam de nossa própria casa. Nenhum país pode viver sem o espelho de suas próprias imagens”, afirmou. Segundo ele, nenhuma cultura é tão importante que possa justificar com argumentos democráticos o fato de ocupar 80% nos espaços de comunicação mundiais.

Estudos realizados pela Unesco indicam que, em cerca de 40 anos, desaparecerão metade das línguas do planeta. Solanas classifica essa possibilidade como um ato de barbárie cultural, diretamente relacionado com as políticas coloniais de comunica-

Cineastas defendem o cinema como instrumento para a construção de um outro mundo

ção. “Os povos querem preservar suas memórias, seus gestos, pois nos expressamos de formas diferentes”, assinalou.

Solanas defendeu a necessidade de criar leis que regulem o espaço audiovisual mas, para isso, ele considera que é necessário haver pressão por parte da sociedade. “Quais são os marcos regulatórios para garantir a democracia de exibição das diversas imagens produzidas na América Latina?”, perguntou. Entre as suas propostas, está a criação de um canal de TV do Mercosul, “que apresente nossa arte, nossa música, nosso cinema”.

O cineasta argentino propôs ainda a realização de um grande fórum mundial, para discutir os termos em que hoje é realizada a comunicação. Em sua opinião, ela constitui, de fato, “um ato de recolonização por parte dos países centrais. Ele defende o direito dos povos de ousar conhecer outras culturas, além, é claro, de ter todas as condições de produzir e preservar a sua própria. “A maneira mais efetiva de recusar a ditadura da homogeneização das imagens é encher nossas telas com milhões de pessoas que, mesmo vivendo nas chamadas democracias, não têm o direito de ver em imagens a sua memória, as suas manifestações”, concluiu. (Alvaro Neiva) ■



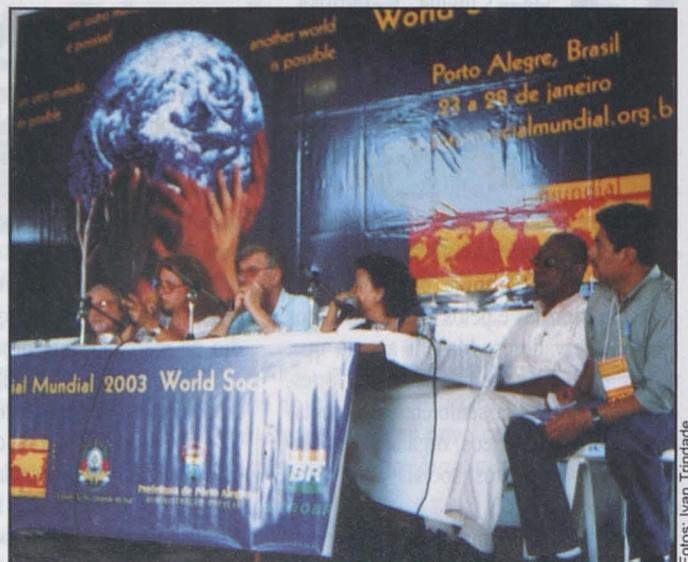
Resistência cultural: Local X Global

O INTELLECTUAL MICHAEL LÖWY ABRIU O PAINEL “PRODUÇÃO SIMBÓLICA E IDENTIDADE DOS POVOS” constatando que “hoje, toda a produção cultural humana deve ser transformada em lucro”. Inserido no eixo 3 – “Mídia, Cultura e Alternativas à Mercantilização e Homogeneização” –, o painel reuniu intelectuais, educadores e representantes de povos indígenas.

A idéia do evento era propor ações locais para o combate à lógica expressa na avaliação de Löwy. O pensador e filósofo norte-americano Fredric Jameson, professor de Literatura Comparada da Universidade de Duke, chamou de “Encarceramento Econômico” o processo de desconstrução pela globalização dos sistemas culturais autônomos. Segundo ele, através do poder monetário, os grandes conglomerados de mídia, editoriais e industriais conseguem pasteurizar as expressões culturais típicas e transformá-las em produtos acessíveis à grande massa consumidora. Este processo elimina as individualidades étnicas, sociais e culturais de cada povo. O samba brasileiro vira pagode pop; a música caribenha vira Shakira, Jennifer Lopez e Rick Martin; o Rap vira Vanilla Ice. Mas como frear este processo? A educadora popular cubana Esther Perez acredita no poder da educação para uma forte inserção da cultura local no cotidiano das crianças. A cultura deve ser fator de transformação social e política. Para a cubana, não há processo de educação neutro.

A professora brasileira Maria Luiza Monteiro aposta no poder de mobilização para interferir nas ações do poder público, defendendo a pressão das organizações sociais sobre os governantes pela criação de legislações que garantam a veiculação nos meios de comunicação de expressões culturais locais. Ela cita as cotas de programação regional nas grandes redes de tevê, o tempo para música brasileira nas rádios e o espaço cativo para a exibição de filmes nacionais no circuito de salas do país.

Michael Löwy tentou explicar o pensamento da indústria capitalista frente à cultura mundial. Segundo o



A perversa relação entre produção cultural e mercado foi o principal assunto no painel ‘Produção Simbólica e Identidade dos Povos’

Fotos: Ivan Trindade

**Principal preocupação
é ação nociva
do mercado
sobre a diversidade cultural**

filósofo, o capitalismo venera o lucro como o Deus da sua religião de mercado. Tudo o que o homem produz é considerado mercadoria e pode ser vendido, comprado ou trocado. A qualidade da arte deixa de ser subjetiva e passa a ser definida pelo valor de mercado da obra. Fredric Jameson concorda afirmando que, no mundo atual, o lucro superou todas as outras motivações. Ele considera a globalização o resultado ideológico do controle de novas tecnologias e conhecimentos pelo homem. A internet se destaca

nesse processo por facilitar a interação entre pessoas das partes mais distantes do planeta. O problema é que essas novas tecnologias são usadas para esmagar as culturas tradicionais e mais fracas no seu poder de propagação.

Michael Löwy propõe a criação de uma universalidade humana que siga alguns princípios gerais: respeito às diferenças, emancipação dos homens de todas as formas de opressão e desmercantilização da cultura, que deve passar a ser baseada na solidariedade. Löwy clas-

sificou a cidade suíça de Davos, onde se realiza o Fórum Econômico Mundial, como a capital do fetichismo do mercado, e Porto Alegre como pólo da resistência cultural.

Exemplos da riqueza das culturas globais foram apresentados pelo musicólogo brasileiro Haroldo Costa e pelo representante indígena mexicano Afonso Vargas Romero, do grupo Prurepetcha. Haroldo destacou a importância da cultura negra para a formação sociocultural brasileira. Porém, para ele, a dominação começou já nos navios negreiros, quando os escravos foram proibidos de expressar suas religiões. Por outro lado, ele destaca que foi também neste momento que o sincretismo religioso e cultural começou, pois a representação dos deuses africanos nos santos católicos criou uma cultura única no mundo. Outro exemplo da força da cultura brasileira, para Haroldo, está no carnaval. A festa europeia foi transformada no maior espetáculo da Terra ao entrar em contato com a vivacidade dos negros e mestiços brasileiros. O musicólogo saudou as escolas de samba como veículos de propagação da história brasileira. Para ele, este é um modo de popularizar nossos personagens entre um povo tão carente de educação formal.

O mexicano Afonso Romero disse que as comunidades indígenas do seu país ainda resistem ao assédio cultural da cultura neoliberal. Ele citou o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) como agente de uma resistência política, cultural e social. Para Romero, a América Latina deve dar um exemplo ao mundo de resistência frente à cultura massificada anglo-saxônica.

A discussão realizada no painel "Produção Simbólica e Identidade Cultural" indica que os povos que estão fora do processo hegemônico de globalização devem se unir para criar um bloco de oposição. Estes povos não devem discriminar a cultura vinda dos Estados Unidos ou da Inglaterra, mas devem a cada dia reafirmar seus próprios valores culturais. (Ivan Trindade) ■



Cultura ganha destaque

A cultura ganhou um destaque especial nesta 3ª edição do Fórum Social Mundial. Primeiro porque foi tema de um dos cinco eixos temáticos do evento – o Eixo 3, "Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e homogeneização" –, fazendo com que estivesse presente em muitos debates. Segundo, porque um amplo leque de atividades culturais foram oferecidas como parte da programação oficial.

Todos os dias aconteceram no anfiteatro Pôr-do-Sol, próximo ao Acampamento da Juventude, apresentações com nomes de destaque da música brasileira. Entre os convidados, estavam Paulinho da Viola, Jorge Ben Jor, Sivuca, Marquinhos de Osvaldo Cruz e a Velha Guarda da Portela (foto). Além disso, vieram artistas de outros países, como Uruguai, Equador, Cuba e Senegal.

Na Usina do Gasômetro, foi realizada a mostra de cinema "Ciclo da diversidade", com a exibição de filmes realizados conjuntamente por cineastas italianos sobre o movimento antiglobalização e o Fórum Social Mundial, além de filmes do cineasta grego Costa-Gavras, como Z e Estado de sítio. Na Casa de Cultura Mário Quintana, houve a exibição de Timor Lorosae, Ônibus 174, Edifício Master e outros. Além dos shows e filmes, Porto Alegre foi tomada por eventos como exposições, apresentações teatrais, lançamentos de discos e livros.



Quinze mil
participantes do Fórum Mundial
de Educação rejeitam
a mercantilização
do ensino, em andamento
tanto nos países
desenvolvidos quanto
no Terceiro Mundo

Educação não pode ser atrelada ao mercado

A EDUCAÇÃO DOS POVOS DEVE ESTAR VOLTADA PARA A CIDADANIA E A LIBERDADE. Este é o ponto principal da “Declaração de Porto Alegre”, documento aprovado pelos 15 mil educadores e estudantes de 102 países, que participaram do II Fórum Mundial de Educação (FME), acontecido em Porto Alegre entre os dias 19 a 22 de janeiro, com a presença do ministro da Educação, Cristovam Buarque. A declaração, seguindo aos princípios do I FME, repudia o conservadorismo neoliberal, que impõe uma educação voltada aos interesses do mercado e, ao mesmo tempo, aponta para a necessidade de se elaborar uma Plataforma Mundial de Educação garantindo o ensino “em todos os níveis e para todos os povos da Terra”. A Plataforma exigirá uma escola pública, gratuita e de qualidade, sob responsabilidade do Estado, para erradicar a tendência mundial de privatização do ensino.

O documento reafirma sua rejeição à apropriação privada do conhecimento científico e tecnológico, comprometendo-se com a garantia de levar aos oprimidos “o usufruto da riqueza socialmente produzida”. Ao mesmo tempo o documento quer que sejam assegurados os direitos trabalhistas e sindicais dos trabalhadores em educação.

As conferências mais concorridas foram as que discutiram o Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS) da Organização Mundial de Comércio (OMC), além das oficinas sobre educação e diversidade cultural, e de palestras sobre a violência nas escolas e a autonomia da pedagogia.

Durante o Fórum, foi realizado também o I Encontro Internacional dos Trabalhadores em Educação, promovido pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior/Sindicato Nacional (Andes) e que contou com a participação de conferencistas do Brasil, da Argentina, dos Estados Unidos e do Canadá.

Analfabetismo

Interrompido pelos aplausos a cada parágrafo de seu discurso, o ministro Cristovam Buarque retomou sua defesa do programa pela erradicação do analfabetismo no Brasil, sem esquecer as demandas dos professores. O ministro se disse consciente de que essa proposta é ambiciosa e grande, “mas não impossível”.

Ainda sobre o analfabetismo, Cristovam, depois de ouvir a saudação feita por uma garota cubana na abertura dos trabalhos, traçou um paralelo entre o Brasil e Cuba, dizendo

que este país investiu, sistematicamente, na educação de suas crianças. “Não é possível que um país bloqueado, pequeno, isolado durante tantas décadas consiga fazer pela educação de suas crianças mais que o Brasil”, afirmou. Em seguida, o ministro informou que existem hoje, no Brasil, 3,5 milhões de nossas crianças trabalhando, ao invés de estudar. “Nós podemos ter todas as crianças na escola com um programa sério de bolsa-escola, como foi prometido pelo presidente Lula”, garantiu.

Ao se dirigir aos educadores, Cristovam enfatizou a necessidade de o Brasil, e todos os países, ter mais e mais professores. “Cada professor a mais é, certamente, um agente presidiário a menos. Além disso, precisamos pagar melhor nossos professores. Se os nossos professores ganhassem tanto quanto os juizes, os nossos juizes não

teriam tanto trabalho”, afirmou. E, continuando, o ministro convocou os professores universitários a integrar a campanha de combate ao analfabetismo. Ele concluiu dizendo que “o Brasil é o único país dos maiores que pode se dar ao luxo de ter todas as tragédias da civilização e todos os recursos necessários para corrigir a tragédia”.

O analfabetismo foi lembrado por educadores dos países mais pobres. No primeiro dia de debates, foram apresentados os quadros do analfabetismo no mundo, onde a Índia desponta com os piores índices. Em torno de 60% das mulheres daquele país nunca foram à escola, e 70 milhões de meninas jamais entraram numa sala de aula. Além disso, numa realidade que se repete nos demais países pobres, inclusive o Brasil, a taxa de trabalho semi-escravo das crianças, atinge 29 milhões de indianos.



Foto: Rose Brasil - ABr

Para o ministro Cristovam Buarque, é possível acabar com o analfabetismo no país



Foto: Victor Soares - ABr

Debates sobre os altos índices de analfabetismo nos países em desenvolvimento e sobre as diretrizes mercantilistas para a educação impostas pelos organismos internacionais despertaram a atenção dos milhares de participantes do Fórum Mundial de Educação



'Educação não é mercadoria'

A educação do povo não é mercadoria para ser vendida. A palavra de ordem é do professor Louis Weber, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação, que debateu o tema "Educação, movimentos sociais e lutas contra a mundialização globalizante". Atingidos pelo mesmo processo que preocupa os países pobres, o representante francês convocou seus colegas de todo o mundo para resistir à cartilha da OMC. "Não podemos permitir que a escola seja vista como uma empresa. Esta é uma proposta que está em curso na Europa, junto com as demais reformas educacionais e isso é um absurdo", disse o dirigente sindical.

O mesmo ponto foi abordado ainda pelo professor italiano Alessio Surian, de Milão. Ele acredita que essa tendência mundial visa apenas a privatizar o conhecimento. Manifestando-se contrário à mercantilização do ensino, Surian disse não acreditar que países com crescimento econômico satisfatório, como os europeus, não tenham dinheiro para investir na educação, como alegam, pois acabam investindo na educação privada. O professor italiano informou ainda que o dia 12 de março foi escolhido pelos europeus como data para o lançamento da campanha de mobilização contra o GATS, da Organização Mundial do Comércio.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Felipe Maia, também convocou a sociedade brasileira para uma campanha contra o acordo, e afirmou que a UNE "deve ter um papel de resistência ativa ao neoliberalismo, o que inclui formular e praticar políticas alternativas, além de organizar a participação política popular". Maia chamou ainda a atenção das universidades, dizendo que "a mercantilização da educação também acontece quando os programas dos currículos universitários estão mais voltados para o interesse das empresas, ao invés de buscar soluções para os problemas do nosso povo".

O tema da educação voltada para o mercado também dominou o I Encontro



Foto: Beatriz Blissio

Os representantes do Andes-SN tiveram importante participação no Fórum, aproveitando para cobrar do governo Lula uma mudança nas políticas públicas de educação

Educação ao longo de toda a vida

Como parte da campanha a favor da educação de pessoas adultas, a Rede de Educação Popular com Mulheres da América Latina e do Caribe (Repem) realizou, em conjunto com o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal) e o Conselho Internacional de Educação de Adultos (Icae), no contexto do Fórum Mundial de Educação, a Campanha pelo Direito à Educação ao Longo de Toda a Vida.

A Campanha foi apresentada todos os dias ao meio-dia, junto ao palco externo do Gigantinho, no intervalo entre as conferências do FME. Grupos de Porto Alegre apresentaram números de dança folclórica e capoeira, que se alternaram com a leitura de depoimentos de homens e mulheres que se alfabetizaram na idade adulta, e reflexões de escritores famosos sobre o tema. Os testemunhos foram lidos em francês, inglês, espanhol e português por integrantes e colaboradoras da Repem.

Junto ao palco, vestindo camisetas alusivas, outras participantes distribuíam leques, marcadores de livro e cópias dos testemunhos, dando informações e incentivando a participação na campanha. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas através do endereço eletrônico: repem@repem.org.uy (Bia Cannabrava).

Internacional dos Professores Universitários. Em palestras distintas, espanhóis, brasileiros, franceses, canadenses e norte-americanos denunciaram o estrangulamento das universidades públicas. Jean-Paul Lainé, da Federação dos Trabalhadores em Educação, da França, relatou a crise da universidade em seu país, onde só as pesquisas que atendem ao mercado têm merecido investimentos governamentais, enquanto o presidente da Andes/SN, pro-

fessor Luis Carlos Lucas, depois de informar que o Brasil tem novo governo, manifestou seu pessimismo dizendo que, apesar disso, "todos os sinais dados até agora apontam para o conservadorismo das políticas públicas no setor". Lucas alertou ainda contra o poder de coerção da OMC junto às instâncias jurídicas internacionais, onde os países periféricos não contam com nenhum apoio para fazer valer seus direitos. (Memélia Moreira) ■

As cidades para todos

AS CIDADES INCHARAM A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX, principalmente nos países em desenvolvimento, onde a industrialização tardia causou a migração acentuada para os grandes centros urbanos. Hoje, em todo o mundo, segundo dados da ONU, cerca de 50% da população vivem em cidades. Em 2050, este percentual deve alcançar 70%. A tarde do dia 25 de janeiro no III Fórum Social Mundial (FSM) enfocou, dentro do Eixo 1 –“Desenvolvimento Democrático e Sustentável” –, os problemas provenientes deste movimento que se mantém até hoje e possíveis ações para que as cidades sejam ambientes de direitos iguais para todos os seus habitantes. A discussão foi proposta pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, que reúne diversos setores da sociedade civil brasileira.

Em junho de 1996, a Conferência Internacional das Nações Unidas Habitat II, realizada em Istambul, na Turquia, aprovou a Agenda Habitat, uma carta de princípios e diretrizes das atitudes que devem ser tomadas por governos e sociedade civil para a igualdade de direitos dentro das cidades. Direitos esses que se contrapõem à lógica do neoliberalismo e da globalização. A exploração e a apropriação de espaços e bens por poucos criaram hordas de excluídos, tão familiares à realidade brasileira e de todos os países em desenvolvimento. O Direito à Cidade significa direito a saneamento básico, água potável, moradia, educação,

segurança, emprego e saúde, além de liberdade cultural, religiosa e política. Uma vez que estes princípios não são respeitados, as ONGs reunidas no III FSM trabalharam para a divulgação da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, documento que lista ações de pressão sobre os governos e sobre a ONU para a implantação das legislações nacionais de direito à cidade e da Agenda Habitat.

O italiano Cesare Ottolini, representante da Coalizão Internacional pela Habitação (HIC), organização que luta no mundo todo pela solução do déficit habitacional, defendeu a mobilização diária e militante da sociedade civil no combate à falta de moradia. Para Ottolini, o direito à moradia consiste em um direito humano básico. Ele disse que os governos precisam começar a pensar localmente para resolver os problemas de cada cidade, a fim de garantir a dignidade individual e coletiva de suas populações. Neste sentido, ele saudou a criação do Ministério das Cidades pelo governo Lula. O italiano garantiu que uma cidade com moradia para todos é possível, desde que a lógica da globalização seja revertida, ou ao menos freada.

Segundo o ministro das Cidades, Olívio Dutra, 'no governo Lula, os municípios vão assumir o papel de protagonistas no processo político brasileiro'

Participantes discutem caminhos para garantir a igualdade de direitos nos centros urbanos



Foto: Ivan Trindade



Na mesma linha de pensamento, o francês Gustave Massiah argumentou que as aglomerações urbanas refletem o modo de organização da sociedade neoliberal. Elas são estruturadas em cima de discriminação de grandes contingentes por pequenos grupos, através da segregação econômica e social.

O trabalho no sentido da reorganização urbana deve buscar conscientizar governos para a valorização das ações sociais a fim de diminuir a distância entre incluídos e excluídos. "Atitudes neste sentido trazem benefícios a curto e a longo prazo", defendeu Massiah. A diminuição da violência, do caos nas relações urbanas e a melhoria das condições de vida das populações são imediatos; a longo prazo, o meio ambiente pode ser o maior beneficiado. Cidades mais organizadas poluem e sujam menos, garantindo uma vida mais digna para as gerações futuras. Sendo assim, o pensador francês defendeu a necessidade da pressão diária da sociedade civil organizada sobre o poder público e as entidades reguladoras internacionais, como a ONU.

A Federação Continental das Organizações Comunitárias (Fecoc), sediada no México, também luta pela afirmação das sociedades locais frente à força do capital internacional. Pedro Vázquez Gonzalez, deputado estadual do Estado de Nuevo León pelo Partido do Trabalho, milita junto à Fecoc no combate ao abismo criado nas cidades pela dinâmica neoliberal.

Combate à pobreza

Gonzalez acredita que a grande luta deve ser contra a pobreza, uma vez que ela significa uma série de agressões aos direitos fundamentais. Ele vê uma verticalização dos direitos na conjuntura atual e acha que a horizontalização deve ser o objetivo das forças que lutam contra o movimento da economia mundial. Na América Latina, a grande luta é deter a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que, na sua visão, é mais uma es-

tratégia dos Estados Unidos de englobar mais mercados para as suas empresas. A partir deste cenário, a Fecoc propôs uma série de ações a serem adotadas. Deve ser construída uma agenda mundial de defesa dos direitos à cidade, a Carta da Cidade deve ser adotada como meio de pressão sobre a ONU e o pagamento da dívida externa deve ser suspenso pelos países em desenvolvimento até que suas condições sociais e desenvolvimento econômico sejam satisfatórios. A mobilização por estes objetivos causaria uma onda de pressão para reverter o movimento de exclusão, garantindo o direito à cidade.

Nas Filipinas, a questão do direito à cidade também mobiliza a sociedade civil organizada. Fidis Bagaçal, diretor-executivo dos Organizadores Comunitários (COSD) fez o seu relato sobre as experiências em seu país e as dificuldades para incluir os mais pobres na dinâmica urbana. A ação da ONG filipina visa organizar as comunidades para a atuação no planejamento das cidades. Bagaçal considera que apenas a presença dos cidadãos envolvidos no planejamento pode criar um ambiente de igualdade de condições na formatação das cidades.

A Ação Unida para uma Juventude Voluntária (Yuva), da Índia, esteve presente no painel das cidades através da ativista Lisa John, que inseriu a idéia da criação das Cidades dos Direitos Humanos. A proposta se baseia na possibilidade de educação das populações em relação aos seus direitos humanos. Lisa citou Rosário, na Argentina, como o exemplo de implantação deste novo modelo de relação social dentro dos aglomerados urbanos. A vanguarda da sociedade civil organizada deve trabalhar na conscientização das pessoas sobre seus direitos. Esta conscientização visa provocar um movimento de reversão das políticas neoliberais. A ativista listou quatro medidas que servem para a implantação das Cidades dos Direitos Humanos: a instituição de leis que cuidem das atividades ilegais contra as comunidades pobres;



Foto: Ivan Trindade

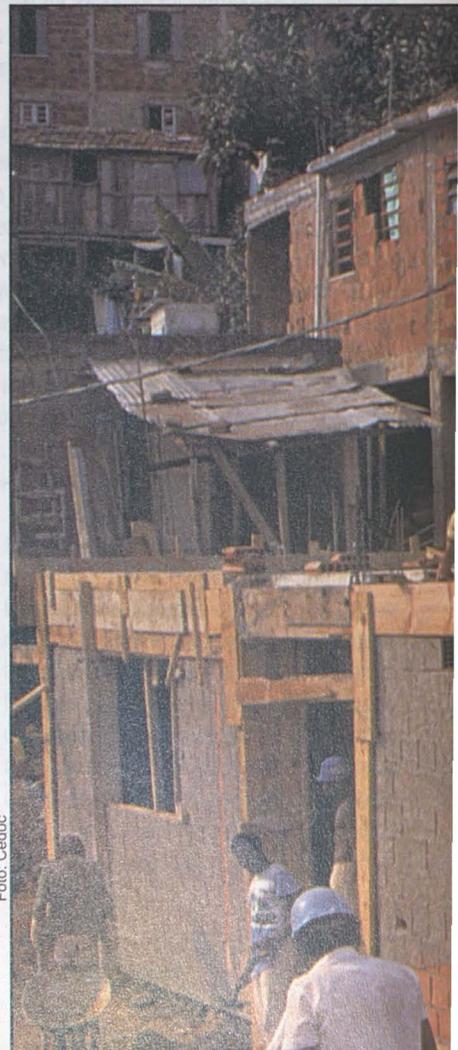


Foto: Cedoc



Foi um consenso entre os conferencistas (foto ao lado) que a desorganização dos centros urbanos hoje é um reflexo do modelo econômico neoliberal

As graves desigualdades econômicas e a falta de planejamento urbano (foto abaixo) levaram a uma explosão de favelas nas grandes cidades brasileiras



políticas sociais pró-primidos; orçamentos participativos, e a promoção da dignidade nas relações sociais entre os diferentes grupos sociais, econômicos e étnicos. A Yuva sabe que sua proposta pode ser tomada como utópica, mas confia na educação de jovens, na pressão sobre governos e na organização política para a eleição de representantes populares para a luta em busca da igualdade de direitos dentro das cidades.

Uma presença ilustre adicionou a visão governamental ao debate: o ministro das Cidades e ex-governador gaúcho Olívio Dutra, chamado a falar após os painelistas. Bastante aplaudido pela plateia, o ministro seguiu a tônica do debate, classificando a cidade atual como a expressão concreta do modelo neoliberal. Este modelo se reflete na violência e na falta de acesso aos serviços básicos. Sobre seu ministério, Olívio garantiu que vai implantar uma real política habitacional no país que, segundo ele, não existe até hoje. Ele acredita que a simples criação da pasta é reflexo de que o Brasil já

se entende como um país urbano. O ministério vai atuar na reestruturação técnica e econômica das cidades, através de saneamento básico, escolas, esporte, cultura e transporte público. O poder hoje concentrado na União e nos Estados será repassado e distribuído entre as prefeituras. Olívio afirmou que no governo Lula os municípios vão, finalmente, assumir o papel de protagonistas dentro do processo político e federativo brasileiro. O Ministério vai trabalhar ainda com movimentos sociais e entidades empresariais dentro do Conselho das Cidades, organismo que será criado a partir das conferências que serão realizadas nos 5.560 municípios brasileiros.

O músico Marcelo Yuka, ex-baterista da banda *O Rappa*, fez um testemunho para fechar o painel. Vítima da violência do Rio de Janeiro, ele deu um depoimento emocionado, mas sem sentimentalismo. Respondeu a uma pergunta da plateia dizendo que perdoa quem deu o tiro que o deixou tetraplégico durante tentativa de assalto em novembro de 2001, mas não perdoa a sociedade e os agentes econômicos que criaram um país onde há uma guerra civil nas ruas das grandes cidades. Disse ainda que seu caso não é mais importante do que a violência diária que as populações periféricas sofrem nos centros urbanos. Apesar do tema pesado de sua fala, Yuka encerrou sua participação com uma mensagem de otimismo: "O Fórum é um lugar onde pessoas se reúnem para dizer que não aceitam o modo como o mundo está se desenvolvendo e no que ele está se transformando. (Ivan Trindade) ■



Foto: Beatriz Bissio

Participantes do fórum protestam contra a privatização da água

AS PRIMEIRAS VÍTIMAS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA são os agricultores pobres da Ásia, América Latina e África que não podem pagar os custos altíssimos da nova “mercadoria” posta à venda pelos governos de países do Terceiro Mundo. A nova onda vem criando revolta entre os camponeses bolivianos, equatorianos, bolivianos, peruanos, a maioria deles índios para quem a água é um bem da natureza à disposi-

ção da humanidade. A política de privatização da água doce, adotada há muitos anos pelos Estados Unidos, foi tema da oficina “Direito à água, terra e comida” durante o III Fórum Social Mundial.

“A água não pode ser encarada como produto comercial”. A frase foi dita por Elizabeth Peredo, do Movimento Boliviano de Luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Na sua opinião, a Alca está por trás dessa investida privatista e a água “deve estar fora de todo e qualquer acordo comercial”. A militante boliviana, que participou da “guerra da água”, ocorrida em Cochabamba, há três

Água na onda da priva

Elemento vital para a vida, a água doce do planeta começa a ser privatizada

anos disse em Porto Alegre que “na Bolívia, a luta contra a Alca está na Guerra da Água. Nosso movimento luta contra o processo de privatização imposto pelo Banco Mundial ao nosso governo. Em Cochabamba há pouca água e o argumento usado pelo Bird era o de que a água era mal distribuída. O banco se negou a garantir um empréstimo de US\$ 25 milhões para financiar o fornecimento de água na cidade de Cochabamba, a menos que o governo local vendesse o serviço público de água a uma empresa privada”. O governo vendeu e Cochabamba se rebelou.

A privatização, segundo Elizabeth Peredo, “foi uma das maiores do mundo e a Bechtel, empresa compradora, que tem sede na Califórnia, poucas semanas depois da privatização, aumentou os preços e indexou as tarifas ao dólar. O resultado disso foi trágico. Muitas famílias passaram a empenhar até 60% de sua renda para pagar água. Em algumas regiões, a água subiu até 250%”.

Disposta a ir ao Fórum Mundial da Água, que vai se realizar em 2004, no Japão, Elizabeth Peredo acredita que a escassez de água no mundo “se deve a vários fatores, sendo o modelo econômico o mais

importante deles. Atualmente, só 20% da população do mundo tem acesso à água limpa, o resto sofre de diferentes formas com a água, como a carência ou a má qualidade. No Conselho Mundial das Águas, integrado por grandes empresas transnacionais e grupos como o Banco Mundial, dizem que para resolver o problema da água é preciso privatizar e que há necessidade de se injetar US\$ 100 bilhões de investimentos do setor privado. Mas isso não é preciso. Basta se vender um avião de guerra usado pelos Estados Unidos para se resolver esse problema. Água não é mercadoria”.

Controle

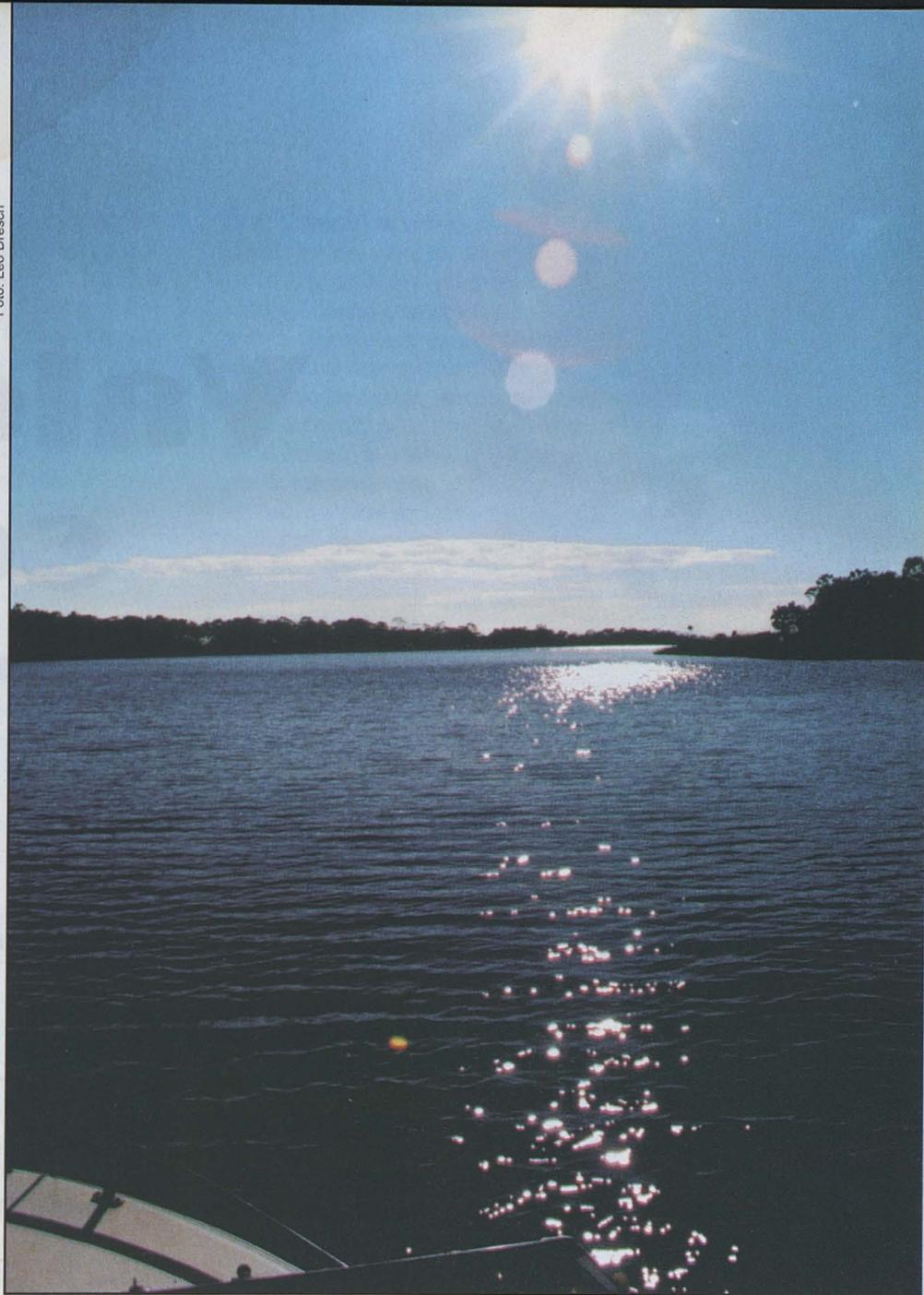
Convicto de que o processo de privatização da água é imposição direta dos Estados Unidos, o colombiano Hector Mondragon disse que, no seu país, esse projeto “faz parte do Plano Colômbia, que pretende ter o controle total da água na Bacia Amazônica e o petróleo da Ve-

tização

nezuela. Por isso a Alca vem para alienar a água nos nossos países.” Mondragon defendeu o uso coletivo da água e, dos demais recursos naturais informando que a distribuição da água “é desigual em todo o mundo.”

A representante de El Salvador, Silvia Quiroa, lembrou que a questão da água está vinculada à questão da terra. “A maior parte dos países da América Latina apresenta o fenômeno de concentração de terra. Com isso, estamos arruinando a massa de camponeses que não podem trabalhar. Não podem produzir alimentos e, por essa razão, vemos um grave quadro de fome nos países pobres”. Na sua opinião, “a reforma agrária continua na ordem do dia e qualquer solução para acabar com a fome

Foto: Léo Dresch



mundial deve, obrigatoriamente, garantir aos agricultores o acesso à terra e aos recursos naturais”. Sobre a distribuição desigual de recursos, Silvia citou a água como um dos principais problemas: “1/6 da população da Terra não tem acesso à água e, no meu país, 1/3 das crianças que morrem antes de primeiro ano de vida morrem porque não tem água limpa para beber”.

A salvadorenha manifestou seu pessimismo com o modelo atual porque, na sua opinião, tanto a Organização Mundial

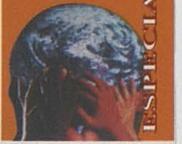
do Comércio quanto o Fundo Monetário Internacional estão restringindo o uso dos recursos naturais, principalmente a água, “inviabilizando a sobrevivência dos povos dos países pobres porque os países do Sul estão reduzindo os instrumentos de controle dos recursos e facilitando sua privatização, pressionados pela OMC”. E concluiu sua conferência dizendo que “ou se garante terra e água ou a humanidade caminha inexoravelmente para uma tragédia” (*Memélia Moreira*). ■

Imagem: Photodisc

Valores sem preço

Eduardo Galeano

A lúcida, incisiva, corajosa e ao mesmo tempo poética análise da conjuntura mundial, contida nesta palestra do escritor uruguaio no Fórum Social Mundial, comoveu a platéia de mais de 15 mil pessoas que se acotovelavam no Gigantinho



NESTES DIAS ESTÃO OCORRENDO, SIMULTANEAMENTE EM MUITOS PAÍSES, numerosas manifestações populares contra a guerra dos donos do planeta. Nas ruas de muitas cidades, estas manifestações mostram que um outro mundo é possível. O mundo tal qual é transpira violência por todos os poros e está submetido a uma cultura militar que ensina a matar e a mentir.

David Grossman, que foi tenente-coronel do Exército dos Estados Unidos e se especializou em pedagogia militar, demonstrou que o homem não está “naturalmente” inclinado à violência. Ao contrário do que se supõe, não é fácil ensinar a matar o próximo. A educação para a violência, que brutaliza o soldado, exige um intenso e prolongado adestramento. Segundo Grossman, este adestramento começa nos quartéis aos dezoito anos de idade. Desde muito cedo, porém, a televisão dá aulas dessa prática em domicílios.

Seu compatriota e escritor John Reed tinha comprovado, em 1917, que “as guerras crucificam a verdade”. Muitos anos depois, outro compatriota, o Bush pai, que começou a primeira guerra contra o Iraque com o nobre propósito de libertar o Kuwait, publicou suas memórias. Nelas confessa que os Estados Unidos haviam bombardeado o Iraque porque não se podia permitir “que um poder regional hostil tivesse como refém boa parte da produção mundial de petróleo”. Talvez, quem sabe, alguma vez o presidente Bush filho venha a publicar suas erratas sobre a sua própria guerra contra o Iraque. Onde se diz: “Cruzada do Bem contra o Mal”, deve se ler: “Petróleo, petróleo e petróleo”. Mais algumas erratas serão necessárias. Por exemplo, será necessário esclarecer que onde se diz “comunidade internacional”, deve se entender “chefes guerreiros e grandes banqueiros”.

Quantos são os arcanjos da paz que nos defendem dos demônios da guerra? Cinco. Os cinco países que têm direito de voto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. E estes protetores da paz são, ao mesmo tempo, os principais fabricantes de armas. Em boas mãos, estamos.

E quantos são os donos da democracia? Os povos votam, mas os banqueiros vetam. Uma monarquia de tríplice coroa reina sobre o mundo. Cinco países tomam as decisões no Fundo Monetário Internacional. No Banco Mundial, mandam sete. Na Organização Mundial do Comércio, todos os países têm direito a voto, mas jamais se vota. Estas organizações, que governam o mundo, merecem nossa gratidão: elas afogam nossos países, mas depois nos vendem salva-vidas de chumbo.

Em 1995, a Associação Psiquiátrica Norte-Americana publicou um relatório sobre a patologia criminal. Qual é, segundo os especialistas, o traço mais comum dos delinquentes habituais? A inclinação para a mentira. E então nos perguntamos: não é esta a identidade perfeita do poder universal?

O que deve ler-se, por exemplo, onde se diz: “trabalho livre”? Deve se ler: direitos dos empresários a jogar no lixo sécu-

los de conquistas trabalhistas. Trabalha-se o dobro em troca da metade: horários elásticos, salários anãos, demissões livres, e que Deus se ocupe dos acidentes, das doenças e da velhice. As principais empresas multinacionais, Wal-Mart e Mc Donald's, proíbem expressamente os sindicatos. Quem se filia a um sindicato perde seu emprego no ato.

No mundo de hoje, que castiga a honestidade e recompensa a falta de escrúpulos, o trabalho é objeto de desprezo. O poder se disfarça de destino, se diz eterno, e muita gente abre mão da esperança como se desmontasse um cavalo cansado. Por isso, a eleição de Lula para a Presidência do Brasil vai muito além das fronteiras deste país: a vitória de um operário sindicalista, que encarna a dignidade do trabalho, ajuda a difundir as vitaminas que todos necessitamos contra a peste da desesperança.

Para que não se diga que em Porto Alegre nos reunimos os frustrados e ressentidos de sempre, esclareçamos que em alguma coisa estamos de acordo com os mais importantes dirigentes do mundo: nós também somos inimigos do terrorismo. Somos contra o terrorismo em todas as suas formas. Poderíamos até propor a Davos uma plataforma comum. E ações comuns para capturar os terroristas que começariam por colar, em todas as paredes do planeta, cartazes dizendo “Wanted”:

- procuram-se os mercadores de armas, que precisam da guerra como os fabricantes de abrigo precisam do frio;
- procura-se o bando internacional que seqüestra países e jamais devolve seus reféns, ainda que cobre resgates milionários que a linguagem mafiosa costuma chamar “serviços da dívida”;
- procuram-se os delinquentes que, em escala planetária, roubam comida, estrangulam salários e assassinam empregos;
- procuram-se os agressores da Terra, os poluidores da água e os ladrões das florestas;
- procuram-se também os fanáticos da religião do consumo, que desataram a guerra química contra o ar e o clima deste mundo.

Valores vivos

O poder identifica valor e preço. Diga-me quanto pagam por ti, e te direi quanto vales. Mas há valores que estão além de qualquer cotização. Não há quem os compre, porque não estão à venda. Estão fora do mercado e por isso sobreviveram.

Teimosamente vivos, estes valores são a energia que move os músculos secretos da sociedade civil. Provêm da memória mais antiga e do mais antigo sentido comum. Este mundo de hoje, esta civilização do salve-se quem puder e cada um na sua, sofre de amnésia e perdeu o sentido comunitário, que é o pai do sentido comum. Em épocas remotas, nos primórdios, quando éramos os bichos mais vulneráveis da zoologia terrestre, quando não passávamos da categoria de almoço fácil na mesa de nossos vizinhos vorazes, fomos capazes de sobreviver, contra todas as evidências, porque soubemos nos defender



“Este mundo de hoje, esta civilização do salve-se quem puder, sofre de amnésia e perdeu o sentido comunitário, que é o pai do sentido comum. Em épocas remotas, quando éramos os bichos mais vulneráveis da zoologia terrestre, quando não passávamos da categoria de almoço fácil na mesa de nossos vizinhos vorazes, fomos capazes de sobreviver porque soubemos nos defender juntos e compartilhar a comida. Hoje em dia, é mais do que nunca necessário lembrar estas velhas lições de sentido comum”

Eduardo Galeano

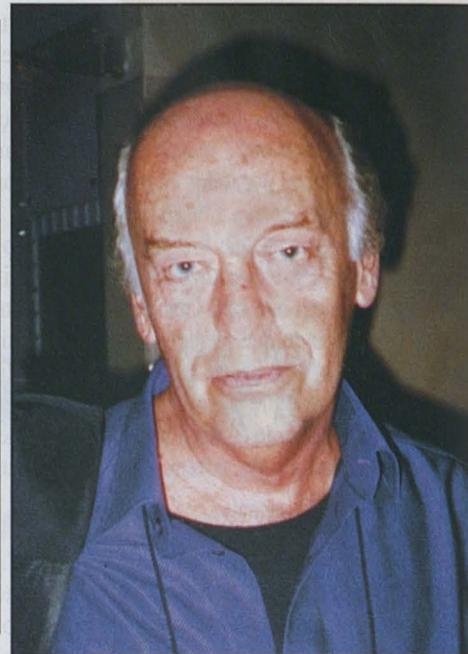


Foto: Beatriz Bissio

juntos, e porque soubemos compartilhar a comida. Hoje em dia, é mais do que nunca necessário lembrar estas velhas lições de sentido comum.

Defendermo-nos juntos, para que não roubem nossa água. A água, cada vez mais escassa, foi privatizada em muitos países, e está nas mãos de grandes corporações multinacionais. (Daqui a pouco, se seguirmos assim, também privatizarão o ar: por não pagar por ele, não sabemos dar-lhe valor, e não merecemos respirá-lo.) Para que a água seguisse sendo um direito, e não um negócio, um levantamento popular desprivatizou a água, na região boliviana de Cochabamba. As comunidades camponesas marcharam desde os vales e bloquearam a cidade. Responderam-lhes com balas. Mas, finalmente, depois de muito lutar, recuperaram a água, o direito a irrigar as suas sementes, que o governo havia entregue a uma corporação britânica. Isto ocorreu há um par de anos.

Defendermo-nos juntos: falando da água, outro exemplo mais recente. O petróleo move a sociedade de consumo, como se sabe, e, como também se sabe, tem maus costumes. Entre outras manias, gosta de derrubar governos, provocar guerras, intoxicar o ar e apodrecer a água. Há pouco, a maré negra, pegajosa e mortal, cobriu o mar e as costas da Galícia e além. Um barco petroleiro se quebrou ao meio e derramou milhares e milhares de litros de combustível, com a irresponsabilidade e a impunidade costumeiras, nestes tempos em que o mercado manda e o Estado não controla nada. E então, diante de um Estado cego e um governo surdo, os músculos secretos da sociedade civil desataram sua energia: uma multidão de volun-

tários enfrentou a invasão inimiga de mãos limpas, armada de paus e baldes, e o que puderam encontrar. Os voluntários não derramaram lágrimas de crocodilos nem pronunciaram discursos de teatro.

Defendermo-nos juntos e partilhar a comida: uma tonelada de comida e de roupa chegou recentemente, de trem, ao rincão mais pobre da província argentina de Tucumán, onde há crianças morrendo de fome. E este envio solidário provinha dos catadores, os pobres mais pobres de Buenos Aires, que ganham a vida revirando o lixo, mas são capazes de dividir o pouco, quase nada que têm.

Qual é a palavra que mais se escuta no mundo, em quase todas as línguas? A palavra “eu”. Eu, eu, eu. Contudo, um estudioso das línguas indígenas, Carlos Lenkersdorf, revelou que a palavra mais utilizada pelas comunidades maias, a que está no centro de seus dizeres e de sua vida, é a palavra “nós”. Em Chiapas, “nós” se diz “tik”. Para isso nasceu e cresceu este Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre, modelo universal de democracia participativa: para dizer nós. *Tik, tik, tik.* ■

Palavras pronunciadas pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano, autor, entre outros livros, do clássico 'As veias abertas da América Latina', no estádio Gigantinho, em Porto Alegre, no dia 26 de janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial. Reproduzida com expressa autorização do autor.

A tradução ao português é de exclusiva responsabilidade da equipe editorial de cadernos do terceiro mundo

A Editora Terceiro Milênio está de casa nova



**Anote o nosso novo
endereço e telefone:**

**Teófilo Otoni, 123 - 3º andar
Gr. 303 a 305
CEP 20090-080 - Centro
Rio de Janeiro - RJ**

**Tel. (21) 2223-1180
Tel/Fax: (21) 2223-3001**



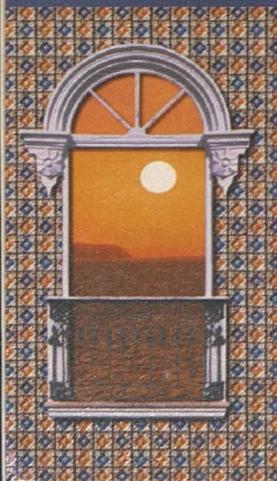
ELA JÁ ENCANTOU FRANCESES,
HOLANDESES E PORTUGUESES.
AGORA VAI ENCANTAR VOCÊ.



São Luís
ILHA DE ENCANTOS

Você tem muitos motivos para se encantar por São Luís: encantos do passado, encantos da natureza, encantos da cultura popular, encantos do Carnaval, encantos do São João, encantos de poesia, encantos de amor, encantos feitos à mão, encantos que vão à mesa, encantos que vão além da imaginação. E em cada encanto, uma história. Em cada história, um lugar. Em cada lugar, um grande encanto. Venha se encantar!

Prefeitura
SÃO LUÍS
compromisso e ação



IMAGINE